

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Gilvane Amorim Oliveira

**BALANÇO SOCIAL: UMA CONTRIBUIÇÃO
PARA A TRANSPARÊNCIA NA ATUAÇÃO DA AGERGS**

Porto Alegre
2007

Gilvane Amorim Oliveira

**BALANÇO SOCIAL: UMA CONTRIBUIÇÃO
PARA A TRANSPARÊNCIA NA ATUAÇÃO DA AGERGS**

Trabalho de conclusão de curso de Especialização apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Regulação de Serviços Públicos Delegados.

Orientador: Prof. Dr. André Luís Martinewski

Porto Alegre

2007

Dedico este trabalho à DAIANE
por todo o seu apoio e compreensão, mesmo num período
em que precisava da minha atenção mais do que nunca.

Também para o pequeno FELIPE,
recém chegado para alegrar nossa vida.

AGRADECIMENTOS

À AGERGS – Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul, que, dentro da sua política de qualificação e valorização dos servidores, oportunizou este Curso a todos os seus Técnicos Superiores.

Ao orientador, Prof. Dr. André Luís Martinewski, pela valiosa contribuição e, sobretudo, pela segurança transmitida nas orientações.

Aos Conselheiros e ao Diretor-Geral Jorge Accurso, pela aceitação e apoio quanto ao tema objeto deste estudo.

Aos colegas da AGERGS que disponibilizaram informações necessárias ao desenvolvimento do trabalho, especialmente à Daniella, ao Fernando Boff e à Cláudia Coronas. A todos os outros que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

Este estudo discorre sobre o Balanço Social como uma forma de tornar mais transparente a atuação de uma agência estadual de regulação. Através de estudo de caso, objetiva-se propor a implementação desse demonstrativo na AGERGS – Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul. O trabalho inicia pela base teórica da regulação, criação das agências reguladoras brasileiras e da própria entidade objeto do estudo. Evidencia a relação entre transparência e responsabilidade social. Evolui para o Balanço Social propriamente dito, esclarecendo a quem se destina, sua evolução, legislação relacionada e modelos existentes no Brasil, além de destacar a Demonstração do Valor Adicionado como importante componente do Balanço Social. Concluído o referencial teórico, avança para a obtenção das informações necessárias à elaboração do demonstrativo, as quais são obtidas especialmente nos Núcleos de Finanças e de Recursos Humanos da AGERGS. Além das informações objetivas, posteriormente são apresentadas algumas sugestões passíveis de serem incorporadas no relatório de responsabilidade social sob a forma qualitativa. Por fim, conclui-se pela possibilidade de implementar a proposta e espera-se que a divulgação do Balanço Social pela AGERGS possa contribuir para o fortalecimento de seus instrumentos de prestação de contas e de participação social.

Palavras-chave: Balanço Social; responsabilidade social; AGERGS; agências de regulação.

ABSTRACT

The aim of this study is to examine the Social Balance Sheet as an instrument which fosters greater transparency to the activities of a State Regulatory Agency and propose its implementation at AGERGS – Rio Grande do Sul State Delegated Civil Service Regulatory Agency. This study presents initially the theoretical foundations of regulation and the creation of Brazilian regulatory agencies as well as the aforementioned entity. It puts in evidence the relationship between transparency and social responsibility. Evolves then to the Social Balance Sheet, depicting its target, evolution, related legislation and existing models in Brazil, and enhances the Added Value as a significant element of the Social Balance Sheet as well. Theoretical references concluded, it moves on to the relevant information needed to elaborate the Social Balance Sheet which is distinctively obtained at AGERGS' Finance and Human Resources Departments. Besides the objective information, qualitative suggestions that could be incorporated to the social responsibility report are presented later. In conclusion, implementing this proposal and having AGERGS disclose the Social Balance Sheet could contribute to strengthen the entity's accountability and social commitment.

Key-words: Social Balance Sheet; social responsibility; AGERGS; regulatory agencies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Esquema 1 – Responsabilidade e ações sociais da empresa	22
Esquema 2 – Resumo da evolução contábil	24
Quadro 1 – Usuários do Balanço Social e da Contabilidade.....	26
Quadro 2 – Balanço Social – panorama internacional.....	29
Quadro 3 – Evolução do número de publicações do Balanço Social	31
Quadro 4 – Demonstração do Valor Adicionado da AGERGS	43
Gráfico 1 – Distribuição do Valor Adicionado da AGERGS em 2006	45
Quadro 5 – Indicadores sociais internos da AGERGS	46
Quadro 6 – Indicadores do corpo funcional da AGERGS	48
Gráfico 2 – Servidores da AGERGS por faixa etária em 2006.....	49
Gráfico 3 – Servidores da AGERGS por sexo em 2006.....	49
Gráfico 4 – Qualificação do corpo funcional da AGERGS em 2006.....	49
Quadro 7 – Indicadores sociais externos da AGERGS.....	50

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	09
2	OBJETIVOS, JUSTIFICATIVAS E METODOLOGIA DO ESTUDO.....	10
2.1	OBJETIVOS.....	10
2.2	JUSTIFICATIVAS	10
2.3	METODOLOGIA	11
3	A REGULAÇÃO NO BRASIL	12
3.1	CRIAÇÃO DAS AGÊNCIAS DE REGULAÇÃO BRASILEIRAS	16
3.2	A AGERGS	17
4	TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL	20
5	BALANÇO SOCIAL	24
5.1	CONCEITO.....	25
5.2	USUÁRIOS	26
5.3	HISTÓRICO.....	27
5.4	SURGIMENTO E EVOLUÇÃO NO BRASIL	30
5.5	LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	32
5.6	MODELOS EXISTENTES NO BRASIL.....	34
5.6.1	IBASE.....	35
5.6.2	Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.....	36
5.6.3	Conselho Federal de Contabilidade	38
5.7	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	39
6	ESTUDO DE CASO	42
6.1	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	42

6.2	INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	45
6.3	INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL.....	47
6.4	INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	50
6.5	CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A PROPOSTA.....	51
7	CONCLUSÃO.....	54
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55
	ANEXOS	59
	ANEXO A – ORGANOGRAMA DA AGERGS.....	60
	ANEXO B – BALANÇO SOCIAL – MODELO IBASE	61
	ANEXO C – BALANÇO SOCIAL – MODELO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	69
	ANEXO D – RESOLUÇÃO CFC N° 1.003/04.....	78
	ANEXO E – MODELO DE DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO, DA FIPECAFI, E RESPECTIVAS INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO ...	83

1 INTRODUÇÃO

Para desenvolvimento do presente trabalho será realizado um estudo de caso na Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul – AGERGS, uma agência reguladora multissetorial. Integrante da administração pública indireta, a AGERGS foi criada em 09 de janeiro de 1997 sob a forma de autarquia e constituiu-se numa das primeiras agências de regulação brasileiras. Informações mais detalhadas sobre a entidade serão apresentadas em subtítulo específico, a fim de melhor contextualizar o trabalho.

Considerando que cabe às agências reguladoras a tarefa de dirimir conflitos de interesses entre usuários de serviços públicos, concessionárias e governo, incentivando a participação social, são bem-vindas as formas de tornar sua atuação mais transparente. A divulgação do Balanço Social, conforme será demonstrado ao longo do estudo, é um caminho para aumentar a transparência das instituições. Levando em conta esses aspectos, bem como o fato de que a AGERGS ainda não elabora tal demonstrativo, pretende-se desenvolver o tema Balanço Social como uma forma de contribuir para uma atuação mais transparente da Agência.

O trabalho inicia em capítulo destinado a evidenciar os objetivos geral e específicos, justificativas e metodologia utilizada para desenvolvimento do estudo. Parte posteriormente para a revisão bibliográfica, discorrendo no terceiro capítulo sobre a regulação no contexto brasileiro, subdividido em dois tópicos: criação das agências de regulação brasileiras, e a AGERGS (histórico, competências, estrutura e situação atual). O capítulo quatro aborda a questão da transparência e sua relação com a responsabilidade social. Aprofundando-se no tema, o capítulo cinco evolui para o demonstrativo Balanço Social, cujos itens são divididos em conceito, usuários, histórico, surgimento e evolução no Brasil, legislação brasileira, modelos existentes no Brasil e Demonstração do Valor Adicionado. Concluído o referencial teórico, elabora-se então o estudo de caso propriamente dito, onde se desenvolve um projeto de Balanço Social para a AGERGS. Por fim, são feitas algumas considerações julgadas pertinentes sobre o que pôde ser observado ao longo do desenvolvimento do estudo.

2 OBJETIVOS, JUSTIFICATIVAS E METODOLOGIA DO ESTUDO

2.1 OBJETIVOS

Devido à relevância da temática aqui desenvolvida, e com base na revisão bibliográfica que dá suporte ao estudo de caso, espera-se que alguns objetivos, geral e específicos, sejam atingidos. Espera-se ainda que o trabalho seja proveitoso para a entidade objeto da pesquisa, ainda que sob a forma de reflexão.

Assim, o objetivo primordial deste trabalho fundamenta-se na apresentação de proposta para elaboração e divulgação anual do Balanço Social pela AGERGS. No desenvolvimento do tema pretende-se, além do objetivo geral, atingir alguns objetivos específicos, relacionados a seguir:

- a) demonstrar os benefícios que podem ser trazidos com a elaboração e divulgação do Balanço Social;
- b) apresentar os principais modelos de Balanço Social existentes no Brasil;
- c) identificar as fontes de dados para elaboração do demonstrativo;
- d) apresentar as principais informações objetivas para elaboração do Balanço Social da AGERGS relativo ao último exercício encerrado, bem como sugestões de informações adicionais que podem compor e complementar o relatório.

2.2 JUSTIFICATIVAS

A importância do tema aqui desenvolvido pode ser percebida sob dois enfoques distintos, ambos objetos de estudo de crescente interesse no Brasil. De um lado, a área da regulação, onde a questão relacionada à participação social é de suma importância. De outro, o campo da Contabilidade, onde o incipiente ramo Social tem despertado cada vez mais a atenção dos usuários envolvidos.

No que diz respeito ao ambiente regulatório, onde está inserida a AGERGS, e pelo modelo como foi concebida, assim como os demais órgãos reguladores brasileiros, a transparência e a participação social tornam-se fundamentais. Prova disso são alguns instrumentos criados para auxiliar as agências no seu papel de mediação de conflitos de interesses, como por exemplo as audiências públicas e as prestações de contas, entre outros. A técnica do Balanço Social vem contribuir para a transparência das instituições, na medida em que disponibiliza diversas informações não oferecidas pelas demonstrações contábeis tradicionais.

Voltando-se para a área contábil, o Balanço Social tem tido uma aceitação crescente no meio empresarial, em decorrência da percepção de que a sociedade começa a exigir das empresas ações ligadas à responsabilidade social e ambiental. Por meio desse relatório, as organizações podem demonstrar suas principais ações em prol dos colaboradores, da comunidade local e do meio ambiente. A divulgação do Balanço Social, conforme será visto na revisão bibliográfica, torna-se uma medida estrategicamente importante para manutenção e posicionamento das empresas no mercado.

Assim, a proposição de se elaborar o Balanço Social para uma agência reguladora permeia essas duas áreas e, sem sombra de dúvidas, pode contribuir para enriquecer a quantidade e a qualidade das informações disponibilizadas para as partes envolvidas na dinâmica da regulação.

2.3 METODOLOGIA

Para o atingimento dos objetivos propostos, será feita revisão da literatura, baseada principalmente em livros, artigos publicados em eventos e revistas especializadas na área, bem como na legislação brasileira aplicável à matéria. Com fundamento nessa revisão, será realizado estudo de caso na AGERGS, onde serão obtidos dados objetivos (contábeis, financeiros, de recursos humanos, administrativos, gerenciais, etc.). O método utilizado justifica-se na medida em que se propõe estudar com profundidade a realidade de uma entidade determinada, de forma a permitir amplo e detalhado conhecimento acerca do assunto delineado.

3 A REGULAÇÃO NO BRASIL

A temática da regulação ainda é uma realidade recente no Brasil, visto que, nos moldes atuais, foi introduzida no País em meados dos anos noventa. Faz-se necessária, então, uma breve retrospectiva na história recente do Brasil, especialmente quanto às reformas que transformaram o papel estatal. Esse resgate histórico deve levar em conta, ainda que de forma bastante sucinta, o contexto mundial e local em que o País estava inserido.

Um significativo marco das mudanças estruturais do Estado a nível mundial foi a crise do modelo social-democrata nos anos setenta, ocasionada fundamentalmente pela crise de financiamento do Estado, pelo corporativismo e pela ineficiência da atuação estatal originada pelo excessivo burocratismo. O processo de globalização, ao acirrar a competitividade entre os países, deixou mais vulneráveis empresas e trabalhadores, tornando a crise ainda mais aguda. O turbulento período foi marcado por duas crises do petróleo (1973 e 1979), altas taxas de juros internacionais, processo de concentração de renda e recessão, entre outros fatos históricos de grande repercussão política.

Na América Latina, os anos oitenta foram marcados pela sua pior crise econômica, caracterizada principalmente pela estagnação da economia e pelas altas taxas de inflação. Tais situações foram acompanhadas de medidas de reforma do sistema financeiro, que se mostraram inviáveis, e do *default* da dívida externa. A crise financeira internacional (1982-1983) contribuiu de forma incisiva para tornar esse quadro de instabilidade mais grave.

Dentre diversas interpretações para essa crise local, destacou-se a abordagem neoliberal, que apontava para a necessidade de promover ajustes estruturais no aparelho estatal, reduzindo a interferência do Estado na economia e adotando instrumentos de natureza monetária para a condução da política macroeconômica. Essa abordagem, também conhecida como Consenso de Washington (PEREIRA, 1996, p.28), foi a que mais tarde influenciou as reformas em diversos países em desenvolvimento, entre eles o Brasil.

Não imune à crise externa, o Brasil mergulhou em grave crise no período, dividida em três aspectos principais: financeiro, administrativo e estratégico. No plano financeiro, o *déficit* crescente nas contas públicas ocasionava o consumo da poupança pública pelo pagamento do

crescente serviço da dívida, além de perda do crédito internacional, que inviabilizava os investimentos públicos. No aspecto administrativo, pela ineficiência do modelo burocrático, concentrador e centralizador de funções pelo aparelho estatal, com excesso e rigidez de normas, regulamentos e procedimentos. Estrategicamente, em virtude da organização inadequada do aparato do Estado para intervir em atividades sociais e econômicas, quando a estratégia de substituição de importações chegava ao esgotamento.

No enfrentamento das dificuldades, as principais medidas adotadas pelo Brasil envolveram o ajuste fiscal e a abertura comercial, medidas comuns à maioria dos países que tentavam superar seus problemas estruturais. Paralelamente às medidas de ajuste, surgiu a discussão sobre qual seria, afinal, o papel do Estado na sociedade, e em que grau deveria intervir na economia. Começaram a surgir contrapontos acerca do Estado empresário, centralizador e intervencionista que, ao mesmo tempo, era proprietário, produtor e controlador de bens e serviços. Seguindo a tendência mundial, o Estado brasileiro optou, no que se refere à produção de bens e serviços, apenas por controlar e fiscalizar, ou seja, regular o mercado.

A Constituição Federal de 1988 trouxe alguns reflexos dessa mudança, notadamente nos artigos nº 173 a 175. O artigo 174 estabeleceu que o Estado será um “agente normativo e regulador da atividade econômica” e “exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado” (BRASIL, 1988, p. 112). Do ponto de vista de Pinheiro (2000, p. 14), entretanto, “a Constituição de 1988 foi claramente estatizante, estabelecendo monopólios públicos nos setores de telecomunicações, petróleo e distribuição de gás e impondo barreiras ao controle estrangeiro dos setores de mineração e energia elétrica”.

Mas o fato é que a década de noventa foi especialmente marcada por intensas reformas a fim de readequar o Brasil às funções preconizadas pela nova ideologia. Ente elas, a abertura comercial, a desregulamentação e as privatizações, preparando o País para uma menor intervenção no mercado (PINHEIRO, GIAMBIAGI; MOREIRA, 2001, p. 8). Nesse sentido, as principais medidas adotadas foram:

- a) Programa Federal de Desregulamentação, em março de 1990, objetivando fortalecer a iniciativa privada e reduzir a interferência do Estado na vida e nas atividades dos indivíduos;
- b) Programa Nacional de Desestatização, em abril de 1990, que passou a nortear o processo de privatizações;

- c) Lei das Concessões (Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995), a qual trouxe significativas alterações nas normas relativas às concessões de serviços públicos.

Em meados dos anos noventa foi elaborado o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, o qual demonstra nitidamente a concepção do governo sobre a função do Estado e quais seriam as reformas necessárias para implementá-la. O documento divide o Estado em quatro setores:

- a) núcleo estratégico: responsável pela definição das leis, formulação das políticas públicas e cobrança de seu cumprimento. Ex.: Poder Legislativo e Judiciário, Ministério Público, Presidente da República, ministros e assessores;
- b) atividades exclusivas: só podem ser prestadas pelo Estado, pois envolvem o poder de regulamentação, fiscalização e fomento. Ex.: polícia, controle ambiental, fiscalização tributária, regulação;
- c) serviços não exclusivos: englobam aqueles em que é possível a atuação simultânea do Estado e de entidades privadas ou públicas não-estatais, envolvendo direitos humanos fundamentais. Ex.: hospitais, universidades;
- d) produção de bens e serviços para o mercado: compreende as atividades econômicas com finalidade de lucro, abrangendo as empresas em geral.

Como se pode constatar no Plano, o Estado só deveria atuar nos três primeiros setores (BRASIL, 1995, p. 44):

No setor de produção de bens e serviços para o mercado a eficiência é também o princípio administrativo básico e a administração gerencial, a mais indicada. Em termos de propriedade, dada a possibilidade de coordenação via mercado, a propriedade privada é a regra. A propriedade estatal só se justifica quando não existem capitais privados disponíveis - o que não é mais o caso no Brasil - ou então quando existe um monopólio natural. Mesmo neste caso, entretanto, a gestão privada tenderá a ser a mais adequada, desde que acompanhada por um seguro sistema de regulação.

O governo planejava concentrar esforços no núcleo estratégico e nas atividades exclusivas, transferindo os serviços não exclusivos para organizações públicas não-estatais (publicização), na medida do possível, e a produção de bens e serviços para o mercado à iniciativa privada (privatização). Foi o que efetivamente implementou, privatizando diversas empresas em setores bastante estratégicos para o desenvolvimento do País, como energia elétrica, transportes, telecomunicações, setor financeiro, petroquímico, ferroviário e outros.

Costa e Peci (1999, p. 193), ao comentarem as razões que impulsionaram o processo de privatizações na América Latina e no Brasil, acrescentam que

A privatização era vista como um meio para a redução do déficit público e de controle da inflação: a receita obtida com a venda das empresas estatais poderia cobrir o déficit e aumentar a poupança do governo, liberando o Estado do gasto com novos investimentos. Por outro lado, através da privatização, buscar-se-ia aumentar a credibilidade do governo, mostrando [que] realmente pretendia mudar a política intervencionista e reduzir o tamanho do Estado. Esta política é fortemente recomendada pelos organismos internacionais, tais como o Banco Mundial e o FMI, e muitas vezes aparece como condição para concessão de empréstimos por parte destas instituições.

Ainda em meados dos anos noventa, o processo de privatizações ganhou impulso com a decisão dos estados de realizarem seus próprios programas. O Rio Grande do Sul também se preparou para assumir seu novo papel e, antes mesmo da promulgação da Lei Federal de Concessões, entrou em vigor a Lei Estadual nº 10.086, de 24 de janeiro de 1994, que dispõe sobre o regime de concessões e permissões de prestação de serviços públicos. No final do ano de 1995, instituiu o Programa de Reforma do Estado através da Lei nº 10.607, de 28 de dezembro de 1995, objetivando reestruturar a exploração da atividade econômica, reduzir a dívida pública, retomar os investimentos através da iniciativa privada, bem como concentrar esforços da administração pública naquelas atividades voltadas à promoção do bem estar social. Assim, concebeu também um amplo processo de reformas através da reestruturação, abertura de capital e privatização de empresas. As áreas de telecomunicações, energia elétrica e sistema financeiro tiveram, no Rio Grande do Sul, destaque entre as empresas estatais privatizadas, além da transformação de antigas autarquias que exploravam diretamente os serviços em novas entidades que promoveram a privatização de atividades como conservação rodoviária e terminais portuários.

Importante observar que a simples passagem da prestação de serviços públicos antes realizados pelo Estado para as mãos do setor privado não garante uma melhor prestação desses serviços, tendo em vista as falhas existentes no mercado. A criação das agências reguladoras é um passo importante no fortalecimento do controle estatal que passa a ser desempenhado, na medida em que sua função é regular o funcionamento de determinados setores da economia ou serviços públicos concedidos pelo Estado. Considerando uma visão econômica da regulação, Salgado (2003, p. 03) entende que

A regulação desempenha função primordial, ao buscar reproduzir as condições de competição, para que os consumidores tenham acesso a produtos e serviços com a qualidade e os níveis de preços que obteriam em um ambiente competitivo. A ação regulatória costuma se concentrar em três pontos: preços, qualidade e condições de entrada e saída. Assim, incentivos regulatórios mais amplamente utilizados [...] são a introdução de normas específicas sobre estrutura de mercado, tarifas e regras de interconexão ou acesso.

Por outro lado, num entendimento predominantemente jurídico, Figueiredo (1999, p. 40) apresenta uma definição bastante abrangente para regulação:

[...] atividade administrativa desempenhada por pessoa jurídica de direito público consistente no disciplinamento, na regulamentação, na fiscalização e no controle do serviço prestado por outro ente da Administração Pública ou por concessionário, permissionário ou autorizatário do serviço público, à luz de poderes que lhe tenham sido por lei atribuídos para a busca da adequação daquele serviço, do respeito às regras fixadoras da política tarifária, da harmonização, do equilíbrio e da composição dos interesses de todos os envolvidos na prestação deste serviço, bem como da aplicação de penalidades pela inobservância das regras condutoras da sua execução.

Simplificando, o processo regulatório envolve três pólos de interesses: o governo (poder concedente), que pode ser a União, os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios em cuja competência se encontra o serviço público; as delegatárias, assim entendidas as concessionárias, permissionárias e autorizatárias responsáveis pela prestação dos serviços públicos; os usuários, que usufruem dos serviços públicos concedidos. Inseridas legalmente nesse contexto atuam as agências de regulação, objetivando a adequação dos serviços, o controle tarifário, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e a harmonização dos interesses conflitantes das partes já citadas.

3.1 CRIAÇÃO DAS AGÊNCIAS DE REGULAÇÃO BRASILEIRAS

Apesar de em outros países as agências reguladoras terem sido constituídas há bem mais tempo, como no caso dos Estados Unidos, onde existem a mais de cem anos (VISCUSI, VERNON; HARRINGTON, 2000, p. 301), no Brasil o processo de criação desses entes iniciou em meados da década de noventa. Surgiram nos níveis federal, estadual e, em menor escala, municipal. Di Pietro (1998, p. 133) comenta que:

O direito norte-americano serviu de modelo para o fenômeno que já vem sendo chamado de “**agencificação**”, que corresponde à proliferação de **agências**, em substituição ao fenômeno anterior de proliferação de entes com personalidade jurídica própria, que compõem a administração indireta do Estado. Não é um fenômeno que ocorre apenas no direito brasileiro; ele vem se difundindo pelo mundo como mais uma decorrência da globalização. (grifo do autor)

No plano federal, as agências foram concebidas segundo o modelo setorial, ou seja, órgãos especializados em apenas uma área de atuação. As primeiras instituições federais criadas foram a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e a Agência Nacional do Petróleo (ANP), as quais estão relacionadas à quebra do monopólio estatal. Já as criadas posteriormente, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), por exemplo, regulam mercados competitivos (SANTANA, 2003). Foram criadas

ainda a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

No âmbito estadual predominam as agências multissetoriais, as quais atuam em diversos serviços públicos delegados. Os primeiros Estados a criarem suas agências reguladoras foram Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará e Pará, ainda no ano de 1997. Essa orientação foi seguida pela quase totalidade dos demais Estados nos anos subsequentes, de modo que atualmente tais instituições estão presentes em mais de vinte Estados e em diversos municípios. Importante mencionar que no Brasil foi dada maior importância para a maximização do retorno das vendas do que para a eficiência econômica do mercado, visto que nenhuma das agências de regulação estaduais estava criada quando o processo de privatizações foi concluído (THE WORLD BANK, 2003, p. 18).

A maioria dos entes reguladores criados no Brasil tem como características a autonomia administrativa, financeira e decisória, o poder normativo e punitivo, a especialização, o controle social e a transparência de suas ações e decisões, características essas necessárias a uma efetiva regulação. Com formatação semelhante foi criada a AGERGS, uma das primeiras agências reguladoras a ser instituída no País.

3.2 A AGERGS

Em 09 de janeiro de 1997, foi sancionada a Lei nº 10.931, criando a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul – AGERGS. A referida Lei foi alterada pela de nº 11.292, de 23 de dezembro de 1998. Vinculada ao Gabinete do Governador¹, dotada de autonomia financeira, funcional e administrativa, a Agência foi constituída para assegurar a prestação de serviços adequados, harmonizar os interesses dos usuários e concessionárias de serviços públicos, bem como zelar pelo equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.

Compete à Autarquia a regulação dos serviços públicos delegados prestados no Rio Grande do Sul e de sua competência e aqueles que, mediante convênio, forem delegados ao Estado por outros entes federados. Entre outras atividades legais, cabe à AGERGS: busca da modicidade tarifária e do justo retorno dos investimentos; fixação, reajuste, revisão e

¹ Inicialmente, pois a partir de 07/05/2007, passou a ser supervisionada pela Secretaria de Planejamento e Gestão, conforme Decreto Estadual nº 45.039, de 04 de maio de 2007.

homologação de tarifas; orientação na confecção de editais de licitação e sua homologação, assim como nos contratos; mediação de conflitos de interesse; fiscalização da qualidade dos serviços; proposição quanto a novas delegações, bem como aditamento ou extinção de contratos em vigor; aplicação de sanções pela inobservância da legislação ou descumprimento dos instrumentos de delegação.

A AGERGS atua principalmente nas áreas de transporte intermunicipal de passageiros e suas estações, rodovias, saneamento, transporte hidroviário, portos e irrigação. Atua ainda na área de energia elétrica, de competência federal, mas cujas atividades foram descentralizadas pela ANEEL através do Convênio nº 04/2003. Em 31/12/2006, havia 592 empresas reguladas pela Agência, distribuídas nas seguintes áreas: 322 em estações rodoviárias, 253 em transporte intermunicipal de passageiros, 7 em rodovias, 6 em transporte hidroviário, 3 em portos e 1 em irrigação.

A estrutura básica da AGERGS compreende o Conselho Superior, a quem cabe a direção superior da Agência; a Diretoria-Geral, a quem compete sua gestão executiva; os Departamentos de Qualidade dos Serviços, de Tarifas e Estudos Econômico-Financeiros e de Assuntos Jurídicos; o Gabinete Administrativo, o qual comporta os Núcleos de Finanças, de Administração, de Recursos Humanos e de Informática. Essa estrutura é demonstrada no organograma, conforme Anexo A. A autarquia dispõe de sessenta e um servidores, incluindo Conselheiros, servidores concursados, cargos em comissão e adidos de outros órgãos. Conta ainda com dezenove estagiários².

O Conselho Superior é formado por sete Conselheiros, os quais possuem mandato fixo de quatro anos: três representantes do Governo do Estado; um dos Conselhos de Consumidores dos Concessionários, Permissionários e Autorizatórios de serviços públicos; um do quadro funcional da AGERGS; um dos Concessionários, Permissionários e Autorizatórios de serviços públicos; um do Órgão Gestor do Sistema Estadual de Proteção ao Consumidor.

Analisando-se a lei de criação da AGERGS, verifica-se a preocupação com a transparência de suas ações e com a participação social. Além de realizar todas as prestações de contas usuais a que as entidades da administração indireta do RS estão submetidas (controles interno e externo), há determinação para que a Agência publique anualmente relatório de suas atividades. O relatório deve incluir a avaliação dos indicadores de qualidade

² Dados relativos à 31/12/2006.

dos serviços, o resultado de pesquisa de opinião pública sobre a prestação dos serviços públicos regulados e o demonstrativo de origem e aplicação de seus recursos. A Autarquia realiza, na seqüência, audiência pública para apresentá-lo, bem como o remete à Assembléia Legislativa.

A AGERGS conta atualmente com o apoio de cerca de cinco mil usuários voluntários cadastrados, os quais contribuem para a fiscalização dos serviços nas suas diversas áreas de atuação, bem como opinam sobre a qualidade dos serviços públicos em pesquisas realizadas pela Autarquia. Em 2005, por exemplo, mais de 30% dos usuários voluntários responderam à pesquisa enviada pela AGERGS³. Disponibiliza também um sistema de ouvidoria pública com atendimento telefônico gratuito. A título de ilustração, a Ouvidoria registrou 3.344 solicitações em 2005 e 4.247 em 2006⁴ em todas as áreas de atuação.

Concluída uma sucinta base teórica sobre a regulação e a criação dos entes incumbidos dessa função no Brasil, pretende-se agora discorrer sobre a questão da transparência e a sua relação com a responsabilidade social, a fim de proporcionar um melhor entendimento dos propósitos deste estudo.

³ Conforme Relatório de Atividades de 2005 da AGERGS.

⁴ Conforme Sistema de Ouvidoria da AGERGS.

4 TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Uma das características mais significativas do ambiente regulatório diz respeito à questão da transparência. Através de diversas formas, a sociedade pode ter acesso a informações antes pouco divulgadas e disponibilizadas por empresas e governo. Audiências públicas, consultas públicas, prestações de contas, pesquisas de opinião e divulgação de indicadores de qualidade são alguns exemplos de medidas adotadas pelas agências reguladoras que ampliam a participação social. Dessa forma, proporcionam maior conhecimento sobre decisões que foram ou que serão tomadas nesse dinâmico processo, o que também valoriza o aspecto técnico.

Ao abordar o assunto, Gomes (2003, p. 08) considera que

[...] deve-se garantir alto grau de **transparência e accountability** sobre os processos regulatórios, vez que a independência pode levar a comportamentos indesejados por parte daqueles que delegaram os poderes para as agências. Existe vasta gama de literatura que trata dos processos de captura do agente regulador pelo regulado, ou mesmo por grupos específicos de consumidores (normalmente grandes consumidores), em detrimento de princípios regulatórios de equidade, eficiência produtiva e eficiência alocativa. (grifo nosso)

Nesse ponto fica evidenciada a questão da responsabilidade social: não há dúvidas de que uma agência que publique suas ações sociais torne-se mais transparente à sociedade. Deve-se considerar que ela passa a divulgar diversas informações sobre sua interação com a comunidade, os servidores, o governo, o meio ambiente, etc. Em outras palavras, entende-se que a divulgação de informações sociais por uma agência de regulação pode contribuir de forma incisiva para aumentar a transparência de sua atuação.

Quando se fala sobre o tema responsabilidade social de forma abrangente, percebe-se que as organizações, em especial as de maior porte, têm demonstrado crescente interesse pelo assunto, tendo em vista a cobrança da própria sociedade por ações voltadas ao campo social, sejam elas em prol da comunidade local, do bem-estar dos colaboradores ou do meio ambiente. Às empresas não basta mais apenas agregar riqueza, mas sua função social passou a ter importância estratégica para o sucesso no mercado, o que envolve questões econômicas, ambientais, culturais, éticas e morais, entre outras. Isso decorre do fato de que, quando uma organização atua no mercado, ela produz, direta e indiretamente, impactos no meio em que

está inserida, da mesma forma que também sofre influências do meio que a cerca, seja no plano social, ambiental ou econômico.

Como bem ilustra Donaire (1995, p. 20):

A justificativa para o sentido de responsabilidade social por parte da empresa fundamenta-se na liberdade que a sociedade concede à empresa para existir. Podemos considerar a existência de um contrato social. Uma empresa, como outras organizações legítimas, tem a liberdade de existir e trabalhar por um objetivo legítimo. O pagamento dessa liberdade é a contribuição da empresa para com a sociedade.

[...] Os novos termos desse contrato baseiam-se na visão de que as empresas que têm finalidade unicamente econômica acabam acarretando alguns efeitos à sociedade ou à parte dela que representam um **custo social** para todos. Nesse sentido, o crescimento econômico não está ligado, como antigamente se apregoava, ao progresso social. Em muitos casos, o crescimento está afeto à deterioração física do ambiente, a condições insalubres de trabalho, exposição a substâncias tóxicas, discriminação a certos grupos sociais, deterioração urbana e outros problemas sociais. (grifo nosso)

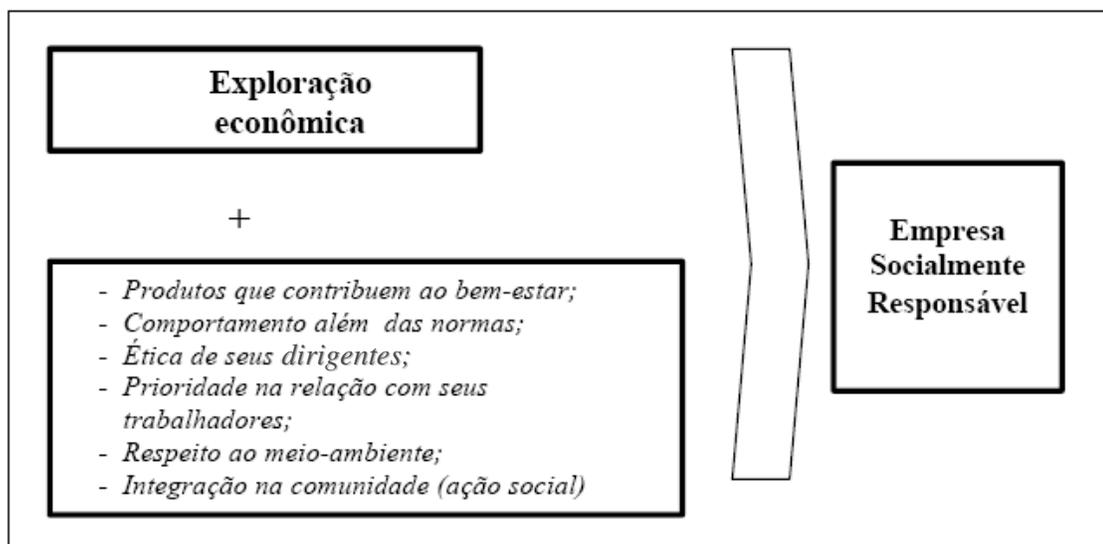
Duarte e Dias (1986, p. 39) também discorrem com propriedade acerca dos custos sociais e do questionamento sobre o papel da empresa. A sociedade já não aceita mais que sejam transferidos esses custos a outras pessoas ou ao poder público, a fim de que o objetivo singular da empresa seja atingido – a geração de lucros – numa visão estritamente econômica.

Assim, a necessidade de demonstrar sua responsabilidade social é uma preocupação que está se tornando recorrente nas empresas, de acordo com o que escreve a Comissão das Comunidades Européias (2001, p. 07):

Ser socialmente responsável não se restringe ao cumprimento de todas as obrigações legais – implica ir mais além através de um “maior” investimento em capital humano, no ambiente e nas relações com outras partes interessadas e comunidades locais. A experiência adquirida com o investimento em tecnologias e práticas empresariais ambientalmente responsáveis sugere que ir para além do simples cumprimento da lei pode aumentar a competitividade de uma empresa. Assim, o facto de se transcender as obrigações legais elementares no domínio social – por exemplo, em termos de formações, condições de trabalho ou das relações administração-trabalhadores – é passível de ter também um efeito directo sobre a produtividade.

Melo Neto e Froes (1999, p. 78) também compartilham da idéia de que, para que uma empresa seja considerada socialmente responsável, não basta que preserve o meio ambiente e apóie o desenvolvimento da comunidade. São necessários a criação de um ambiente de trabalho saudável, através de investimentos no bem-estar dos colaboradores e dependentes, a promoção de comunicações transparentes, o oferecimento de retorno aos acionistas, bem como a manutenção de sinergia com seus parceiros e a garantia de satisfação de seus clientes.

A Figura 1, a seguir, ilustra a visão da *Fundación Empresa y Sociedad*, demonstrando que, além da exploração econômica, as organizações devem ter uma preocupação mais ampla, traduzida em uma série de ações que as caracterizem como empresas socialmente responsáveis.



Esquema 1 – Responsabilidade e ações sociais da empresa

Fonte: adaptado de *Fundación Empresa Y Sociedad*⁵ (apud KROETZ, 2003, p. 07).

Em termos conceituais, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (2007), uma das entidades mais atuantes no Brasil em relação ao estudo, divulgação e incentivo quanto a esse tema, entende que

Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Percebe-se, assim, que a responsabilidade social implica um comportamento organizacional que vai além da preocupação econômica, compreendendo uma atuação ética da empresa ou entidade em relação aos seus *stakeholders* (usuários ou público com o qual a organização interage – detalhados no item 5.2).

Por outro lado, Tinoco (2002, p. 60) chama a atenção para o fato de que iniciativas em prol do social tomadas por muitas organizações visam, na verdade, ao aumento da rentabilidade, numa visão de longo prazo, em detrimento à obtenção de benefícios imediatos. Ele vai além, abordando que o *marketing*, apesar de ser apenas mais um aspecto que

⁵ FUNDACIÓN EMPRESA Y SOCIEDAD. *La empresa que viene*. Madri: FIES, 2001.

demonstra a importância do Balanço Social, deve ser considerado e pode levar empresários a publicarem o demonstrativo, vislumbrando aí mais uma forma de publicidade. Essa preocupação também está presente no fragmento abaixo, onde se defende que esse tipo de comportamento empresarial oportunista não persiste a longo prazo:

Ainda que muitos, de forma cética, vejam o “Balanço Social” como simples peça de marketing, este é – antes de tudo – prova de maturidade empresarial. Um bom relatório sócio-ambiental, ou Balanço Social, deve ser claro, ter profundo compromisso com a verdade, e ser amplamente disponibilizado ao público por todos os meios possíveis, incluindo-se aí a Internet. As informações contidas nele não devem ser apenas um “check-list” de requisitos sócio-ambientais, mas devem descrever de forma precisa o retrato da atividade social da empresa em determinado período de tempo.

Não é raro empresas mascararem ou omitirem falhas de conduta em seus relatórios. A transparência, contudo, é importante vantagem comparativa para empresas. É prova de que a empresa está aberta a apontar suas deficiências e assim aprimorar sua performance. (RESPONSABILIDADE SOCIAL, 2007)

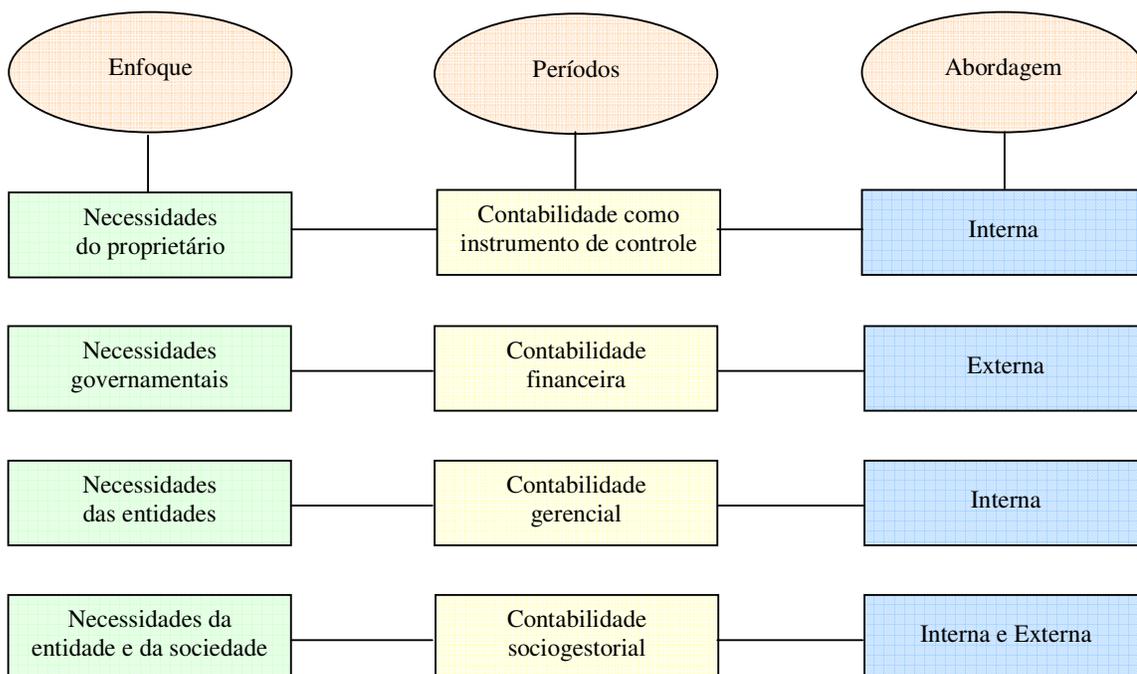
Melo Neto e Froes (2001, p. 74) alertam que podem estar presentes no ambiente empresarial o marketing social e o marketing de causa, que se contrapõe. Este último é oportunista e de curta visão. Em decorrência das ações do marketing social, no entanto,

[...] a empresa ganha produtividade, credibilidade, respeito, visibilidade e, sobretudo, vendas maiores. Associar as ações sociais a problemas emergentes e prioritários e a segmentos sociais em situações de risco e carência, divulgar seus resultados e capitalizar o “lucro social”, são ações de marketing social corretas e legítimas.

De qualquer forma, as ações em prol do social precisam ser mensuradas, organizadas e divulgadas. O Balanço Social, através de suas informações quantitativas e qualitativas, surge na tentativa de suprir a lacuna que as demonstrações contábeis tradicionais deixam, eis que essas oferecem apenas informações financeiras, patrimoniais e econômicas. Assim, através da ampliação de seu campo de atuação, a Contabilidade pode garantir seu papel de gerar informações úteis para a tomada de decisões, seja a usuários internos ou externos.

5 BALANÇO SOCIAL

A Contabilidade, ao longo de sua existência, teve seu enfoque alterado por diversas vezes enquanto ciência social. De instrumento de controle da riqueza individual em seus primórdios, passou a preocupar-se predominantemente com a questão financeira no final do século XIX, servindo de ferramenta para prestação de contas e de base para geração de informações quanto aos resultados. Em meados do século XX, observa-se mais um passo evolutivo, quando a Contabilidade tornou-se fundamental como instrumento de apoio à gestão, na medida em que passou a gerar informações em tempo hábil, facilitando o processo de planejamento, controle e tomada de decisões. Mais recentemente, a partir da década de 70, o enfoque dessa Ciência foi ampliado para compreender questões relacionadas às áreas sociais, humanas e ambientais, de forma a tornar mais transparente a atuação das organizações no meio social – a Contabilidade Sociogestorial. Assim Kroetz (2001, p. 56) relata a evolução do pensamento contábil, apresentando, para complementar, a seguinte ilustração:



Esquema 2 – Resumo da evolução contábil

Fonte: Kroetz (2001, p. 58).

Schmidt (2000, p. 116), ao relatar a história do pensamento contábil, coloca, no capítulo dedicado à Escola Norte-Americana, que um campo de interesse que tem crescido nos últimos anos é o da Contabilidade Social. Relata que vários trabalhos já foram desenvolvidos na área e que “todos esses trabalhos usaram a estrutura da Contabilidade gerencial para verificar o impacto das empresas sobre a sociedade, incluindo os efeitos sobre os empregados, o meio ambiente e a comunidade em geral”.

De fato, a Contabilidade procura atender a demanda por informações originada da crescente necessidade de se demonstrar a responsabilidade social. No contexto dessa evolução surge uma nova demonstração contábil, que passa a ser conceituada em seguida: o Balanço Social.

5.1 CONCEITO

Principal instrumento para demonstração e divulgação das informações obtidas e organizadas pela Contabilidade Social, o Balanço Social é entendido por Kroetz (1999, p. 36) como

[...] a demonstração dos gastos e das influências (favoráveis e desfavoráveis) recebidas e transmitidas pelas entidades na promoção humana, social e ecológica, sendo que os efeitos dessa interação se dirigem aos gestores, aos empregados e à comunidade, no espaço temporal passado/presente/futuro, tornando-se parte integrante da Contabilidade Social, configurando-se uma demonstração para a sociedade, e não da sociedade.

De forma distinta, mas não menos abrangente, Tinoco (2002, p. 59), assegura que

Balanço social é um instrumento de gestão e de informação que visa a evidenciar, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais do desempenho das entidades aos mais diferenciados usuários.

Isto implica responsabilidade e dever de comunicar com exatidão e diligência os dados de sua atividade, de modo que a comunidade e os distintos núcleos que se relacionem com a entidade possam avaliá-la, compreendê-la e, se entenderem oportuno, criticá-la.

Iudícibus, Martins e Gelbcke (2003, p. 34) apresentam definição mais concisa, porém não destoante daquelas já mencionadas, quando afirmam que “o Balanço Social busca demonstrar o grau de responsabilidade social assumido pela empresa e assim prestar contas à sociedade pelo uso do patrimônio público, constituído dos recursos naturais, humanos e o direito de conviver e usufruir dos benefícios da sociedade em que atua”.

Assim, na linha de pensamento da maioria dos conceitos existentes nas fontes bibliográficas, entende-se que o Balanço Social é uma forma de se demonstrar aos diversos interessados, de forma clara e de fácil entendimento, os resultados econômicos e sociais da atuação da empresa ou entidade no meio em que está inserida, compreendendo diversas informações, inclusive qualitativas, acerca de seus recursos humanos, impactos no meio ambiente e na comunidade, as quais complementam as demonstrações contábeis usuais. Merece especial atenção o fato de que a elaboração desse demonstrativo deve estar lastreada em informações contábeis, de forma a alcançar a necessária confiabilidade das informações, bem como possibilitar a sua auditoria.

5.2 USUÁRIOS

Cumprindo sua função, a Contabilidade deve munir de informações úteis diversos usuários, internos e externos à organização, a fim de facilitar suas tomadas de decisões. Da mesma forma, para atingir a função para o qual foi criado, o Balanço Social deve conter informações relevantes e confiáveis para quem delas necessitar.

Ao discorrer sobre o assunto, Kroetz (2000, p. 84) elenca entre os usuários dessa ferramenta trabalhadores, acionistas, diretores/administradores, fornecedores, clientes, sociedade, governos, estudiosos, concorrentes e sindicatos. De forma convergente, Tinoco (2001, p. 35) ilustra (Quadro 1) os usuários do Balanço Social e da Contabilidade, bem como as expectativas de cada um deles em relação à organização:

Usuários	Metas Relevantes
Clientes	Produtos com qualidade; recebimento de produtos em dia; produtos mais baratos, cortesia no atendimento.
Fornecedores	Parceria; segurança no recebimento; continuidade.
Colaboradores	Geração de caixa; salários adequados; incentivos à promoção; produtividade; valor adicionado; segurança no emprego; efetivo.
Investidores potenciais	Custo de oportunidade; rentabilidade; liquidez da ação.
Acionistas controladores	Retorno sobre o Patrimônio Líquido; retorno sobre o Ativo; continuidade; crescimento no mercado; valor adicionado.
Acionistas minoritários	Fluxo regular de dividendos; valorização da ação; liquidez.

Usuários	Metas Relevantes
Gestores	Retorno sobre o patrimônio líquido; continuidade; valor patrimonial da ação; qualidade; produtividade; valor adicionado.
Governo	Lucro tributável; valor adicionado; produtividade.
Vizinhos	Contribuição social; preservação do meio ambiente; segurança, qualidade, cidadania.

Quadro 1 – Usuários do Balanço Social e da Contabilidade

Fonte: Tinoco (2001, p. 35).

Rigorosamente, esse demonstrativo contábil apresenta uma série de informações de interesse do público das empresas. Os trabalhadores, por exemplo, podem obter vários indicadores do corpo funcional (níveis de escolaridade, faixas salariais, faixa etária, etc.), além de poderem se subsidiar destas informações para suas reivindicações junto aos dirigentes. Quanto aos acionistas, podem tomar decisões com maior segurança, pela complementação das demonstrações contábeis. Aos administradores, o Balanço Social oferece a possibilidade de acompanhamento da evolução dos resultados também sociais e ecológicos, servindo como mais um meio de planejamento e controle.

Expandindo a amplitude de abrangência do Balanço Social, com base no conhecimento das políticas e ações da empresa, seus fornecedores podem ter maior confiança nas transações, e seus clientes, maior segurança quando da escolha dos produtos ou serviços ofertados. À sociedade serve como um informativo fundamental para que verifique os benefícios e malefícios trazidos pela entidade, apontando possíveis prejuízos à comunidade ou ao meio ambiente. Também os governos podem se valer do demonstrativo, organizado em banco de dados, como forma de auxiliar no seu planejamento, bem como conhecer dados sobre a arrecadação de tributos através da Demonstração do Valor Adicionado. Até mesmo os concorrentes podem se utilizar das informações do Balanço Social para conhecerem o perfil da concorrência e sua atuação no mercado, fazendo análises de competitividade e de tendências, entre outras possíveis.

5.3 HISTÓRICO

Com a finalidade de melhor compreender o surgimento do Balanço Social no Brasil, é salutar fazer um breve retrospecto sobre seu histórico mundialmente. Diversos autores, a

exemplo de Duarte e Dias (1986, p. 41), defendem que os Estados Unidos foram os precursores na matéria. As primeiras manifestações a respeito de responsabilidade social das empresas surgiram naquele país no início do século XX, mas não tiveram aceitação acadêmica e empresarial. Em 1942 surgiu um manifesto assinado por 120 industriais ingleses afirmando que os dirigentes das indústrias seriam responsáveis por manter um equilíbrio justo entre consumidores, trabalhadores e investidores, além de contribuir para o bem-estar da nação. Publicado no ano de 1953, nos Estados Unidos, o livro *Social Responsibilities of the Businessman*, de Howard Bowen, teve grande destaque no meio acadêmico e empresarial e pode ser considerado o marco inicial de análise e sistematização do tema.

No início dos anos 60, a atuação ética e responsável das empresas ganhou força, impulsionada pela luta pelos direitos civis norte-americanos e pela Guerra do Vietnã (1964-1973), quando houve boicote à compra de produtos e ações na bolsa de valores de empresas que eram beneficiadas pelo conflito. A partir dessas pressões, as empresas norte-americanas formularam relatórios com informações de caráter social para dar satisfação à sociedade e tornar públicas as suas ações sociais politicamente corretas, o que é chamado hoje de Relatório de Atividades Sociais ou Balanços Sociais (TORRES, 2002, p. 133).

Nos anos 70, popularizou-se na Europa a idéia de responsabilidade social nas organizações. Em 1972, na França, a empresa Singer confeccionou o Balanço Social nos moldes atuais, demarcando o que pode ser considerado o primeiro da história (TORRES, 2002, p. 135). Em 12 de julho de 1977, foi aprovada a Lei nº 77.769, que tornou a França o primeiro país cuja elaboração de balanços periódicos de desempenho social foi tornada obrigatória. Atualmente a obrigatoriedade é para aquelas empresas que possuem trezentos ou mais empregados (DUARTE; DIAS, 1986, p. 46).

Além da França, a divulgação anual do Balanço Social tornou-se compulsória em Portugal, por meio da Lei nº 141, de 14 de novembro de 1985, e na Bélgica, a partir de 1986. Esse demonstrativo surgiu também na América Latina influenciado pela experiência americana e européia num período onde a maioria das economias locais estava submetida a regimes autoritários. Assim, também constituiu-se numa tentativa de humanizar as empresas e estimular a democracia (KROETZ, 2000, p. 57).

Pode-se observar que o Balanço Social é desenvolvido em vários países, mas nem sempre com o mesmo enfoque, conforme demonstra o Quadro 2:

PAÍS	BALANÇO SOCIAL - ENFOQUE
Estados Unidos	Ênfase para os consumidores/clientes e a sociedade em geral; qualidade dos produtos, controle da poluição, contribuição da empresa às obras culturais, transporte coletivo e outros benefícios à coletividade; abordagem de caráter ambiental.
Holanda	Enfoque para informações sobre as condições de trabalho.
Suécia	Ênfase nas informações para os empregados.
Alemanha	Enfoque às condições de trabalho e aos aspectos ambientais.
Inglaterra	Forte discussão sobre responsabilidade social e grandes pressões para divulgação mais ampla dos relatórios sociais.
França	Enfoque para informações aos empregados; nível de emprego, remuneração, condições de trabalho e formação profissional.

Quadro 2 – Balanço Social – panorama internacional

Fonte: De Luca (1998, p. 25).

Tachizawa (2005, p. 86) relata que há poucos anos surgiram certificações sociais nos Estados Unidos. Em 1997, foi criada a SA 8000 pelo *The Council Economic Priorities Accreditation Agency* (Cepaa), com a finalidade de atestar a inexistência de práticas anti-sociais na cadeia produtiva das organizações. Posteriormente, em 1999, foi criada a AA 1000 pelo *Institute of Social and Ethical Accountability*. Essa certificação controla a relação da empresa com a comunidade, alargando o campo de avaliação em relação à anterior. No Brasil ainda não existe nenhuma instituição que esteja credenciada para conceder essas certificações. No entanto, o Instituto Ethos, a exemplo de outras entidades que fomentam e premiam empresas cidadãs, criou diversos indicadores sociais não muito diferentes dos utilizados nos processos SA 8000 e AA1000.

Dentre as várias entidades que têm se dedicado ao estudo da responsabilidade social nos últimos anos, a mais respeitada mundialmente é a *Global Reporting Initiative* (GRI), criada em 1997 nos Estados Unidos e apoiada por diversas instituições, como organizações não-governamentais e até mesmo a Organização das Nações Unidas (ONU). A GRI elabora diretrizes para relatórios de sustentabilidade e possui modelo bastante detalhado, contemplando diversos indicadores sociais, ambientais e econômicos. Em 2006, mais de oitocentos e cinquenta organizações publicaram seus relatórios de sustentabilidade baseadas nas diretrizes disseminadas por essa entidade (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE, 2007*).

5.4 SURGIMENTO E EVOLUÇÃO NO BRASIL

Assim como na América Latina, o Balanço Social surgiu no Brasil mesclando as experiências americana e europeia, mas evoluiu de forma mais lenta do que naqueles países. O término do regime militar significou um incremento sem precedentes das organizações civis até então reprimidas. A sociedade civil organizada passou então a atuar efetivamente e exercer a cidadania, promovendo e exigindo políticas sociais (RESPONSABILIDADE SOCIAL, 2007). Em 1961 foi criada a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE), dando início a debates e estudos sobre o Balanço Social. Em 1965 foi publicada a Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas que, segundo Torres (2002, p. 139), “constitui um marco histórico incontestável do início da utilização explícita do termo ‘responsabilidade social’ diretamente associado às empresas e da própria relevância do tema”.

Através do Decreto-Lei nº 76.900, no ano de 1975 foi criada a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), um documento obrigatório até hoje para todas as entidades. Apesar de somente apresentar dados sociais relativos aos funcionários, a RAIS constitui-se numa importante fonte de informações, consolidando números e uma série de dados específicos que se encontram em outros relatórios das organizações.

Kroetz (2000, p. 57) relata que, em 1976, foi elaborada uma proposta de Balanço Social aplicável ao Brasil por um grupo de estudiosos ligados à ADCE, à União Internacional Cristã de Dirigentes de Empresas (UNIAPAC Brasil) e à Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (FIDES). Ainda na década de 70, foi publicado o artigo “Da Sociologia da Contabilidade à Auditoria Sócio-Econômica” pelo professor e pesquisador Dr. Alberto Almada Rodrigues. No artigo, as discussões relativas ao tema incluíam também a experiência europeia e a bibliografia existente sobre o assunto naquela época.

O Balanço Social da empresa foi uma das principais informações da pauta do 2º Encontro Nacional de Dirigentes de Empresas no ano de 1977, organizado pela ADCE. A partir de 1979, a Associação passou a incluir o tema Balanço Social em seus congressos anuais. Em 1980 o Professor Ernesto Lima Gonçalves publicou seu pioneiro livro sobre o Balanço Social na empresa (TINOCO, 2001, p. 135). Ainda em 1984 foi publicado o primeiro Balanço Social de uma entidade brasileira, a Nitrofertil, empresa estatal que se situava no pólo petroquímico de Camaçari, na Bahia. Também em meados da década de 80, a empresa Femaq, de São Paulo, publicou seu demonstrativo, e o Sistema Telebrás publicou relatório de

suas atividades sociais. Em 1992 o Banco do Estado de São Paulo (BANESPA) produziu seu Balanço Social, publicando-o em 1993 (TORRES, 2002, p. 143).

A partir da década de noventa, o meio empresarial começou a ter maior aceitação quanto à divulgação anual de relatórios sociais e ambientais. Algumas organizações estiveram ou estão diretamente ligadas ao nascimento, ao crescimento e à difusão da responsabilidade social das empresas no Brasil, destacando-se: ADCE; FIDES; Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE); Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE); Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança; Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE); Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (TORRES, 2002, p. 144).

Entretanto, a proposta de divulgar o Balanço Social anualmente só ganhou maior impulso quando Herbert de Souza, o Betinho, lançou uma campanha nacional de grande repercussão na mídia em junho de 1997. Teve o apoio de lideranças empresariais, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da Gazeta Mercantil e de muitas outras empresas e instituições representativas. A campanha foi bem-sucedida e gerou uma série de debates através da mídia e em seminários, encontros e simpósios. Sociólogo, Betinho foi fundador do IBASE e era conhecido por campanhas contra a fome e a miséria. Em novembro de 1997, o IBASE, em parceria com a Gazeta Mercantil, lançou o selo do Balanço Social, visando estimular a participação das empresas. O selo é oferecido a todas as entidades que publicam o Balanço Social no modelo proposto pelo Instituto (TINOCO, 2001, p. 135).

Pelo exposto, constata-se que realmente a temática da responsabilidade social está cada vez mais presente na realidade das empresas. Corroborando essa informação, o Quadro 3 a seguir demonstra a evolução anual do número de relatórios sociais publicados segundo o padrão seguido pelas entidades. A ilustração engloba três níveis de abrangência: internacional (GRI), nacional (IBASE) e estadual (Assembléia Legislativa do RS).

Modelos ou diretrizes seguidas	Número de publicações/ano					
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
GRI ⁶	80	150	325	500	750	850
IBASE ⁷	22	41	59	63	52	17
Assembléia Legislativa do RS ⁸	88	153	179	193	274	234

Quadro 3 – Evolução do número de publicações do Balanço Social

⁶ *Global Reporting Initiative*, 2007.

⁷ Empresas que receberam o Selo Balanço Social Ibase/Betinho (INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS, 2007).

⁸ Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2007.

5.5 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Em países como a França, a Bélgica e Portugal, a elaboração e publicação do Balanço Social é obrigatória legalmente. No Brasil não existe essa obrigatoriedade, mas a questão gera muitas controvérsias.

O principal argumento dos defensores da sua obrigatoriedade é que, além da legitimidade oferecida por uma lei, os demonstrativos publicados tornar-se-iam padronizados, o que facilitaria a comparabilidade entre empresas de um mesmo setor ou da própria empresa ao longo do tempo. Com a elaboração voluntária as organizações tendem a ocultar dados, informando somente o mais conveniente para seus interesses.

De outro lado, aqueles que defendem a idéia de que o Balanço Social deve ser publicado de forma voluntária baseiam-se no pressuposto de que as empresas já estariam cumprindo sua função social respeitando a legislação vigente, pagando impostos, criando empregos e gerando lucros. Ações no âmbito social seriam unicamente de responsabilidade do Estado. Além disso, alegam que a elaboração geraria despesas adicionais, além de considerarem que o referido Balanço traz informações estratégicas que podem beneficiar os concorrentes.

Várias iniciativas já surgiram no Brasil no sentido de contemplar esse demonstrativo na legislação. A primeira delas, de âmbito federal, foi em 1991, quando foi encaminhado ao Congresso Nacional, pelo Senador Valmor Campelo, anteprojeto propondo a publicação do Balanço Social pelas organizações. O anteprojeto foi votado no Senado, mas não foi aprovado na Câmara dos Deputados (TINOCO, 2001, p. 135).

Em 1996, foi apresentado no Senado Federal o Projeto de Lei (PL) do Senado nº 117, que visava tornar obrigatória a publicação do Balanço Social para as entidades que já são obrigadas a divulgar seu Balanço Patrimonial. No entanto, esse PL foi arquivado em 20 de fevereiro de 1999. Em 1997, o tema passou a ser objeto do PL nº 3.116, apresentado pelas Deputadas Federais Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling, estabelecendo a obrigatoriedade da publicação do Balanço Social para as empresas privadas com cem empregados ou mais e para as entidades públicas em geral. O PL nº 3.116 chegou até a Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, mas foi arquivado em 1º de fevereiro de 1998 (KROETZ, 2000, p. 60).

Em 03 de fevereiro de 1999, o Deputado Paulo Rocha apresentou o PL n° 32/99 (reapresentação do PL n° 3.116/97). Depois de passar por diversas comissões, o projeto foi arquivado pela Câmara dos Deputados em 31/01/07. No entanto, em 27/04/07 foi desarquivado por requerimento do mesmo deputado e atualmente encontra-se na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2007). Depois dessas, diversas outras proposições foram apresentadas no Congresso Nacional na tentativa de tornar obrigatória a divulgação do Balanço Social, mas até o momento nenhuma foi aprovada.

Ainda na esfera federal, e conforme relata Tinoco (2001, p. 201), a CVM solicitou, através de audiência pública, a inclusão do Balanço Social nas demonstrações financeiras das companhias, mas não houve consenso na época. A mesma incluiu, então, no anteprojeto de reformulação da Lei n° 6.404/76⁹ a obrigatoriedade de divulgação da Demonstração do Valor Adicionado e de informações de natureza social e de produtividade. A área técnica da CVM emitiu o Ofício n° 1/2004 (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 2004) com o objetivo de aperfeiçoar a divulgação contábil para o mercado e a conseqüente convergência com as normas internacionais de contabilidade e das práticas relacionadas à aplicação da legislação societária. Nesse Ofício ela apresenta um modelo simplificado de DVA baseado no padrão da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI). Fica claro no documento que a CVM apóia e estimula a divulgação voluntária de informações de natureza social.

Já o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), no ano de 2004, através da Resolução n° 1.003/04, aprovou a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental, a qual entrou em vigor a partir de 1° de janeiro de 2006. Essa norma estabelece formas para evidenciar os dados de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social das entidades. Quando divulgados, devem ser como informações complementares às demonstrações contábeis, não se confundindo com as notas explicativas (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2007). O detalhamento da Norma encontra-se no item 5.6.3 deste trabalho.

Levando em conta que o presente estudo desenvolve-se no interior de uma agência de regulação, julga-se conveniente mencionar também que a ANEEL tornou obrigatória a elaboração do “Relatório Anual de Responsabilidade Empresarial” por parte das concessionárias e permissionárias de energia elétrica a partir do ano de 2002. O Relatório é

⁹ A Lei Federal n° 6.404/76 dispõe sobre as Sociedades por Ações

elaborado com base no Manual do Serviço Público de Energia Elétrica e, dentre suas informações, encontra-se o Balanço Social. A obrigatoriedade deu-se por força de dispositivo regulamentar, a Resolução ANEEL n° 444, de 26 de outubro de 2001 (AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, 2007).

Restringindo a análise para o Estado do Rio Grande do Sul, vigora desde 18 de janeiro de 2000 a Lei n° 11.440, que procura incentivar a publicação do Balanço Social pelas entidades estabelecidas nesse Estado. Conforme a Lei, o demonstrativo deve ser assinado por Contador ou Técnico em Contabilidade devidamente habilitado ao exercício profissional perante o Conselho Regional de Contabilidade. A empresa que elaborar o Balanço Social e encaminhá-lo à Assembléia Legislativa nos termos da Lei, recebe o Certificado de Responsabilidade Social-RS.

No Município de Porto Alegre, onde está situada a entidade objeto deste estudo de caso, foi instituído o Balanço Social para toda e qualquer empresa que tenha mais de 20 (vinte) empregados, através da Lei n° 8.116, publicada no Diário Oficial do Município do dia 09/01/1998. Deve ser apresentado até o último dia útil do mês de fevereiro do ano seguinte. A legislação não fixa um modelo, mas apresenta vários indicadores que devem constar no Balanço Social. As empresas que apresentam tal demonstrativo recebem o Selo da Cidadania da Câmara Municipal de Porto Alegre.

5.6 MODELOS EXISTENTES NO BRASIL

Devido ao caráter voluntário que caracteriza as publicações do Balanço Social em nosso País, existem diversos padrões que podem ser seguidos pelas empresas. Dentre eles, a seguir serão apresentados três: o Modelo IBASE, que tem tido boa aceitação e destaque no meio empresarial brasileiro; o padrão estabelecido na Resolução n° 1.003/04 do CFC, por ser a entidade representativa da classe profissional dos maiores responsáveis pelas informações constantes nesses demonstrativos; e o modelo definido pela Lei n° 11.440/00 do Estado do Rio Grande do Sul, por englobar geograficamente a instituição objeto do estudo de caso e por ser uma das poucas legislações a respeito da matéria.

5.6.1 IBASE

O IBASE, criado em 1981, é uma organização sem fins lucrativos, sem vinculação religiosa e partidária, constituindo-se numa instituição de utilidade pública federal. Tem como missão a construção da democracia, o combate às desigualdades e o estímulo à participação cidadã (INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS, 2007).

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (2006), apoiado pelo IBASE, criou o Guia de Elaboração do Balanço Social, onde recomenda que sejam perseguidos os princípios de relevância, veracidade, clareza, comparabilidade, regularidade e verificabilidade na sua preparação. Tudo isso para que, ao longo do tempo, adquira a mesma consistência e credibilidade dos relatórios contábeis. O modelo de Balanço Social do IBASE foi elaborado levando em conta uma apuração anual pelas organizações, onde devem constar informações de caráter econômico, social e ambiental, divididas em quatro grandes grupos:

a) Apresentação:

- Mensagem do presidente: a organização situa os usuários no contexto em que se desenvolve o relatório. Pode informar sobre os objetivos econômicos, sociais e ecológicos da empresa, reconhecimento de sucessos e insucessos, compromissos a serem atingidos e desafios mais importantes.
- Perfil do empreendimento: de forma resumida, devem ser fornecidos no mínimo os seguintes dados: nome da organização; principais produtos e serviços, inclusive marcas; número de empregados; data do relatório imediatamente anterior; natureza dos mercados em que atua. No caso de entidades de grande porte, é recomendável ainda informar sobre a espécie de empresa, o desdobramento de vendas (regional, por exemplo) e as mudanças significativas ocorridas no período. Tais informações servem para dar uma visão geral da empresa ao usuário, auxiliando-o na compreensão do relatório.
- Setor da economia: deve-se apresentar o setor de mercado em que a empresa atua, bem como os desafios, perspectivas e a responsabilidade social específicos do setor.

b) A empresa:

- Histórico: uma síntese do surgimento e evolução da organização.

- Princípios e valores: a entidade divulga os princípios e valores em que se baseia para a tomada de decisões.
- Estrutura e funcionamento: destacam-se nesse item os sistemas de gestão de pessoas, da qualidade e da cadeia produtiva.
- Governança corporativa: a entidade explicita o seu sistema de governança, mencionando como é feita a escolha de conselheiros, o tempo de mandato, a missão, etc.

c) Atividade empresarial:

- Visão: a entidade deve transparecer sua visão de futuro, onde também se baseia para a tomada de decisões, expondo os desafios de ordem ética, social, ambiental e econômica.
- Diálogo com partes interessadas: neste item devem ser citados os critérios utilizados pela entidade para comunicação com os usuários (*stakeholders*).
- Indicadores de desempenho: a entidade demonstra seus indicadores de desempenho econômico, social e ambiental. Também pode complementar com outros indicadores ou explicações, desde que tenham como finalidade as questões do negócio.

d) Anexos:

- Demonstrativo do Balanço Social: elaborado de acordo com o modelo proposto pelo IBASE (conforme Anexo B).
- Iniciativas do interesse da sociedade: descrever as iniciativas de caráter social, ambiental e cultural, entre outras, desenvolvidas pela entidade.
- Notas gerais: destinado às notas explicativas relacionadas ao processo de coleta de dados e à produção dos indicadores. Também podem ser informados aspectos específicos de interesse do público da empresa.

5.6.2 Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul

A Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul apresenta modelo de Balanço Social para dois perfis de organizações: para empresas e sociedades cooperativas, e

para fundações, associações, sindicatos, instituições de ensino e demais entidades sem fins lucrativos. O padrão proposto contempla o Balanço Social propriamente dito e o Relatório de Responsabilidade Social. O Balanço Social para fundações, associações, sindicatos, instituições de ensino e demais entidades sem fins lucrativos (ver Anexo C), no qual seria enquadrada a AGERGS, contempla sete grupos de informações:

- a) Identificação: informam-se basicamente dados cadastrais e área de atuação da entidade.
- b) Origem dos recursos: discriminam-se as fontes de recursos da organização em valores monetários (do ano a que se refere o demonstrativo e do ano anterior).
- c) Aplicação dos recursos: detalham-se os valores das despesas da entidade, nos dois anos, como por exemplo despesas de pessoal, com projetos sociais, etc.
- d) Indicadores sociais internos: especificam-se os dados monetários das principais ações e benefícios concedidos para os funcionários nos dois períodos compreendidos.
- e) Indicadores sociais externos: os principais projetos, ações e contribuições para a sociedade devem ser discriminados, em valores monetários, nos dois anos abrangidos pelo Balanço Social.
- f) Indicadores sobre o corpo funcional: esse item compreende valores não monetários sobre pessoal, tais como número de admissões e demissões no período, funcionários por faixa etária e qualificação do corpo funcional, entre outros.
- g) Ações ambientais: este último item contempla os valores de investimentos em meio ambiente e de pagamento de multas e indenizações ambientais, bem como a quantidade de infrações à legislação ambiental.

Por sua vez, o Relatório de Responsabilidade Social apresenta estrutura mínima a ser seguida, a qual compreende: compromisso com a responsabilidade social; perfil da entidade; ações e resultados; descrição dos *cases* ou projetos sociais desenvolvidos pela entidade; compromisso com a sustentabilidade; compromisso assumido com o futuro da instituição.

As empresas que entregarem o Balanço Social à Assembléia Legislativa nos moldes definidos pela mesma concorrerão a três tipos de reconhecimento: o Certificado de Responsabilidade Social, o Troféu Responsabilidade Social – Destaque RS, e o Diploma

Mérito Social (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2007).

5.6.3 Conselho Federal de Contabilidade

A NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental (conforme Anexo D), que entrou em vigor em 01/01/2006, “[...] estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade”. A Norma define como informações de natureza social e ambiental:

- a) Geração e distribuição de riqueza: apresentada através da Demonstração do Valor Adicionado, definida na NBC T 3.
- b) Recursos humanos: dados relativos à remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional e contingências e passivos trabalhistas da entidade. Quanto à remuneração e benefícios concedidos, devem discriminar: a remuneração bruta dos empregados, administradores, terceirizados e autônomos; a relação ente a maior e a menor remuneração da entidade, considerando empregados e administradores; gastos com encargos sociais, alimentação, transporte, previdência privada, saúde, segurança e medicina do trabalho, educação (excluídos os de educação ambiental), cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, creches ou auxílios-creche e participação nos lucros ou resultados; devem ser evidenciados os totais, no final do exercício, de empregados, estagiários, portadores de necessidades especiais, terceirizados, empregados por sexo, empregados por faixa etária, empregados por nível de escolaridade e percentual de ocupantes de cargos de chefia por sexo. Ainda devem ser demonstrados os totais, no período, de admissões e demissões, de processos trabalhistas movidos, julgados procedentes e julgados improcedentes contra a entidade, bem como o valor total de indenizações de multas pagas por determinação judicial.
- c) Interação da entidade com o ambiente externo: informações referentes ao relacionamento da entidade com a comunidade local, com os clientes e com os fornecedores, inclusive incentivos decorrentes dessa interação. Assim, gastos com educação, cultura, saúde e saneamento, esporte e lazer e alimentação devem fazer

parte das informações relacionadas à interação com a comunidade. Quantidades de reclamações, segregadas segundo as formas (diretamente à entidade, através de órgãos de defesa do consumidor, através da justiça, etc.), compõem basicamente as informações relativas à interação com clientes. Por último, na interação com fornecedores o empreendimento deve informar se utiliza algum critério de responsabilidade social para escolha dos mesmos.

- d) Interação com o meio ambiente: devem ser evidenciados os investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente, com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados, com a educação ambiental dos colaboradores da entidade e da comunidade; também devem ser demonstradas as quantidades de projetos ambientais movidos contra a entidade, o valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental e os passivos e contingências ambientais.

As informações contábeis contidas na Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, segundo a NBC T 15, são de responsabilidade técnica de Contabilista registrado em Conselho Regional de Contabilidade. As informações extraídas de fontes não-contábeis devem ser indicadas, evidenciando o critério e o controle utilizados para garantir a integridade das mesmas. A responsabilidade por informações não-contábeis pode ser compartilhada com especialistas (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2007).

5.7 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A DVA – Demonstração do Valor Adicionado – é parte integrante do Balanço Social, razão pela qual se dedica subtítulo específico para o assunto. Dalmácio (2004, p. 91) expressa que

A DVA é uma demonstração que surgiu na Europa e é bastante utilizada em países como Inglaterra, Portugal, França, Alemanha e Itália. Por conter informações de caráter econômico e social, tem sido cada vez mais demandada em nível internacional, inclusive por recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU).

Martins¹⁰ (apud CUNHA, RIBEIRO; SANTOS, 2005, p. 11) vai além, afirmando que, em diversos países da África e da Índia, a DVA é considerada tão importante que sua apresentação é exigida de qualquer empresa que queira se instalar nesses países, a fim de avaliar a riqueza que ela é capaz de criar dentro do território. Para eles pouco interessa quem vende muito, mas compra muito, agregando pouca riqueza, a exemplo de algumas montadoras de automóveis.

A DVA é um demonstrativo que disponibiliza informações não encontradas nas demonstrações contábeis usuais, e que são do interesse de diversos usuários, principalmente empregados, administradores, governos, financiadores e sócios ou acionistas. Dispõe as informações de maneira que se pode identificar, em determinado período, o quanto foi agregado de riqueza por uma organização, bem como de que forma essa riqueza foi distribuída entre os atores que contribuíram para a sua formação. Pela sua análise, constata-se que a DVA apresenta uma visão diferente em termos de demonstrações contábeis, conforme atesta De Luca (1998, p. 32):

Em geral, as tradicionais demonstrações contábeis estão preocupadas em evidenciar para os investidores qual o lucro da empresa e como ele foi calculado. A demonstração do resultado do exercício, por exemplo, está mais voltada para um determinado tipo de usuário: o proprietário da empresa que quer conhecer o valor do seu lucro final. A demonstração do resultado do exercício avalia a parte da riqueza criada pela empresa (o valor adicionado) que se destina ao proprietário; é o enfoque do proprietário. E, para ele, os salários, juros, impostos etc. são tratados como despesas, pois na realidade representam reduções de sua parte da riqueza criada, ou seja, do seu lucro. A demonstração do valor adicionado vem evidenciar, além do lucro dos investidores, a quem pertence o restante da riqueza criada pela empresa.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Pinto e Ribeiro (2004, p. 26) afirmam que a DVA e a DRE – Demonstração do Resultado do Exercício – não são contraditórias, mas apenas têm uma visão diferente, pois a DRE está mais voltada para um usuário (proprietário, sócio ou acionista). Ainda compartilham desse raciocínio Cunha, Ribeiro e Santos (2005, p. 09), complementando que “A DVA permite, além da identificação da riqueza gerada exclusivamente pela empresa, a identificação daquela riqueza recebida em transferência, apresentando, ainda, um mapeamento de como essas riquezas são distribuídas aos seus diversos beneficiários”.

A DVA apresenta, primeiramente, o valor adicionado por determinada entidade em virtude de sua atuação no mercado, ou seja, considera-se toda a sua produção e deduz-se dela todos os consumos intermediários em um dado período. Por outro lado, tal demonstrativo

¹⁰ MARTINS, Eliseu. **Uma nova demonstração contábil no projeto de reforma da Lei das S.A.:** a do valor adicionado. IOB Informações Objetivas. São Paulo: TC boletim 29/97.

apresenta como a riqueza gerada por determinada organização é distribuída entre os diversos fatores que contribuíram para a sua formação (trabalho, governo, capital próprio ou de terceiros). Assim, fica evidenciada a participação de cada segmento no valor adicionado (TINOCO, 2001, p. 66): os empregados, em troca do trabalho, recebem salários e benefícios sociais; os financiadores, em contrapartida aos recursos disponibilizados, são remunerados pelos juros; o governo, compulsoriamente, é remunerado pelos tributos; os acionistas, em retorno ao capital integralizado, são retribuídos pelos dividendos e lucros retidos ou reservas.

Para elaboração da DVA, além de se respeitar os Princípios Fundamentais de Contabilidade, deve-se ter como base os registros contábeis e as demonstrações contábeis obrigatórias, especialmente a Demonstração do Resultado do Exercício. No cálculo do valor adicionado, Cosenza (2003, p. 11) ressalta que existem dois enfoques distintos: o utilizado na área econômica, em que a riqueza é expressa através da produção da empresa, e o utilizado no conhecimento contábil, onde a riqueza é obtida pelo montante das vendas. Neste trabalho utiliza-se o último enfoque, visto que pode ser mais facilmente cotejado com as demais demonstrações contábeis, oferecendo maior confiabilidade ao relatório.

A DVA ainda não é obrigatória no Brasil, embora já exista intenção de assim torná-la, conforme Projeto de Lei nº 3.741/2000, que reformula a Lei Federal nº 6.404/76. Muitas empresas já a elaboram espontaneamente, mas a falta de obrigatoriedade e, conseqüentemente, de padronização, pode trazer prejuízos quanto à comparabilidade das informações. A CVM, incentivadora da divulgação voluntária de informações de natureza social, emitiu o Ofício nº 1/2004 (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 2004), onde apresenta um modelo simplificado de DVA baseado no padrão da FIPECAFI.

Para complementar, apresenta-se o modelo de DVA elaborado pela FIPECAFI no Anexo E, bem como as respectivas instruções de preenchimento.

6 ESTUDO DE CASO

De acordo com o que se propõe no trabalho, pretende-se desenvolver projeto de Balanço Social a ser implementado na AGERGS. A entidade objeto de estudo já foi devidamente caracterizada no item 3.2, e ao longo da apresentação dos dados, o leitor passará a ter uma idéia mais precisa do perfil da instituição.

Pretende-se sugerir e demonstrar informações que poderiam ser divulgadas pela AGERGS em seus relatórios sociais, identificando a origem dessas informações ou relatando dificuldades que podem ser encontradas para sua obtenção, conforme o caso. Não será seguido um modelo definido de Balanço Social, que caberia à Agência escolher, de acordo com seus interesses e limitações. Os tipos de informações propostas, no entanto, são comuns aos padrões apresentados neste trabalho (item 5.6).

Além disso, a divulgação de informações de natureza social viria ao encontro da obrigatoriedade que a Agência tem de prestar contas anualmente sobre sua atuação, inclusive à Assembléia Legislativa, conforme dispõe o art. 14 da Lei nº 10.931/97 (RIO GRANDE DO SUL, 1997):

Art. 14 - A AGERGS publicará anualmente relatório de suas atividades que incluirá:

- a) avaliação dos indicadores de qualidade dos serviços;
- b) resultado de pesquisa de opinião pública sobre a prestação dos serviços públicos sob sua regulação;
- c) demonstrativo de origem e aplicação de seus recursos.

§ 1º - Anualmente, após a publicação dos resultados da avaliação dos indicadores e da pesquisa de opinião, será realizada audiência pública, cujo teor e resultados serão publicados e remetidos à Assembléia Legislativa.

6.1 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A DVA deve ser elaborada quando da evidenciação do Balanço Social, tendo em vista as informações relevantes que apresenta, conforme já exposto no item 5.7, e pode ser elaborada pela AGERGS sem dificuldades. A seguir, tal demonstrativo é apresentado, pelo regime contábil de competência, comparando os valores realizados em 2005 e em 2006.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
DESCRIÇÃO	2006	2005
1. RECEITAS	11.517.623,92	11.249.889,20
1.1 Vendas de mercadorias, produtos e serviços	11.376.688,98	10.953.803,65
1.2 Provisão para devedores duvidosos	0,00	0,00
1.3 Não operacionais	140.934,94	296.085,55
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	2.159.748,69	3.043.671,78
2.1 Matérias-primas consumidas	0,00	0,00
2.2 Custos das mercadorias e serviços vendidos	0,00	0,00
2.3 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	2.159.748,69	3.043.671,78
2.4 Perda/recuperação de valores ativos	0,00	0,00
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	9.357.875,23	8.206.217,42
4. RETENÇÕES	0,00	0,00
4.1 Depreciação, amortização e exaustão	0,00	0,00
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	9.357.875,23	8.206.217,42
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	8.246,07	6.241,30
6.1 Resultado da equivalência patrimonial	0,00	0,00
6.2 Receitas financeiras	8.246,07	6.241,30
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	9.366.121,30	8.212.458,72
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	9.366.121,30	8.212.458,72
8.1 Pessoal e encargos	3.204.695,10	3.003.209,06
8.2 Impostos, taxas e contribuições	348.500,99	381.384,36
8.3 Juros e aluguéis	268.777,40	283.226,95
8.4 Juros sobre capital próprio e dividendos	0,00	0,00
8.5 Superávit do exercício	5.544.147,81	4.544.638,35

Quadro 4 – Demonstração do Valor Adicionado da AGERGS

Fonte: Sistema FPE – Finanças Públicas do Estado. Anos: 2005 e 2006.

A receita arrecadada pela Autarquia provém basicamente da Taxa Anual de Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos Delegados – TAFIC, atualmente disciplinada pela Lei nº 11.863/02, bem como pelos recursos provenientes do Convênio mantido com a ANEEL, pelo qual esta delega atividades na área de energia elétrica, no âmbito do Estado do RS, à AGERGS. Na Demonstração acima foram consideradas essas duas fontes de receitas como de prestação de serviços. Como receitas não operacionais foram classificadas as demais, tais como multas e juros de mora recebidos, taxa de inscrição em concurso público, restituições e receitas eventuais (exceção feita às receitas financeiras, que figuram como valor adicionado recebido em transferência).

Quanto aos insumos adquiridos de terceiros, foram levados em consideração os seguintes Elementos de Despesa¹¹: 14 – Diárias – Civil; 30 – Material de Consumo; 33 – Passagens e Despesas com Locomoção (exceto rubrica 3301 – Locação de Veículos); 35 – Serviços de Consultoria; 36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física; 37 – Locação de Mão-de-Obra; 39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (exceto rubricas 3920 – Locação de Imóveis e 3921 – Locação de Máquinas e Equipamentos); 41 – Contribuições; 52 – Equipamentos e Material Permanente; 92 – Despesas de Exercícios Anteriores (exceto rubrica 3301 – Locação de Veículos); 93 – Indenizações e Restituições. Nos outros itens do grupo não foram apresentados valores, pois a organização, embora realize prestação de serviços para a sociedade, não adquire insumos para tanto. Para o alcance de seus fins, utiliza-se basicamente de pessoal, gerando despesas de materiais e de serviços.

No item Valor Adicionado Recebido em Transferência, o único item considerado foi Receitas Financeiras, que são formadas pela remuneração dos recursos provenientes da ANEEL depositados no caixa único do Estado. Os recursos próprios que lá ficam depositados não são remunerados, devido às disposições do Decreto Estadual nº 38.113, de 22 de janeiro de 1998.

Finalmente, na Distribuição do Valor Adicionado, foram totalizados os seguintes Elementos de Despesa para sua formação:

- a) pessoal e encargos: 09 – Salário-Família; 11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil; 46 – Auxílio-Alimentação; 49 – Auxílio-Transporte; 96 – Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado;
- b) impostos, taxas e contribuições: 13 – Obrigações Patronais; 47 – Obrigações Tributárias e Contributivas (exceto rubrica 4714 – Juros de Mora e Atualização Monetária sobre Retenções); 77 – Principal Corrigido da Dívida Contratual Refinanciado;
- c) juros e aluguéis: 22 – Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato; 33 – Passagens e Despesas com Locomoção (somente rubrica 3301 – Locação de Veículos); 39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (somente rubricas 3920 – Locação de Imóveis e 3921 – Locação de Máquinas e Equipamentos); 47 – Obrigações Tributárias e Contributivas (somente rubrica 4714 – Juros de Mora e

¹¹ Classificação da Despesa segundo sua natureza, de acordo com a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04 de maio de 2001, e o Decreto Estadual nº 42.085, de 30 de dezembro de 2002.

Atualização Monetária sobre Retenções); 92 – Despesas de Exercícios Anteriores (somente rubrica 3301 – Locação de Veículos);

- d) superávit do exercício: expressa o superávit gerado pela AGERGS, ou seja, toda a arrecadação do período deduzida das obrigações assumidas (despesa empenhada).

Os gráficos são uma forma bastante útil de enriquecer os relatórios e facilitar a visualização de informações. Dentre outras possibilidades de evidenciação, apresenta-se a seguir um gráfico de setores com a distribuição do valor adicionado da AGERGS no ano de 2006.

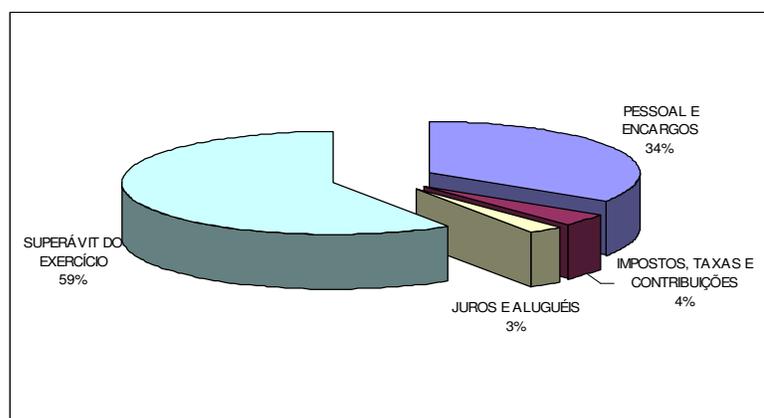


Gráfico 1 – Distribuição do Valor Adicionado da AGERGS em 2006

6.2 INDICADORES SOCIAIS INTERNOS

É um conjunto de informações que diz respeito aos valores dispendidos pela entidade com seus colaboradores. A Resolução nº 1.003/04 do CFC a denomina simplesmente como Recursos Humanos. São apresentados, a seguir, os principais dados relativos à AGERGS nos dois períodos considerados, 2005 e 2006. Além dos valores absolutos, são explicitados também os percentuais de participação de cada item em relação à Despesa de Pessoal (%DP) e à Receita Total (%RT).

Descrição	2006			2005		
	R\$	% DP	% RT	R\$	% DP	% RT
Alimentação	12.245,60	0,38%	0,11%	10.167,29	0,34%	0,09%
Encargos sociais compulsórios	264.044,45	8,24%	2,29%	304.972,82	10,15%	2,71%
Previdência privada	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde	84.456,54	2,64%	0,73%	76.411,54	2,54%	0,68%
Segurança e saúde no trabalho	26.711,35	0,83%	0,23%	20.692,87	0,69%	0,18%
Educação	52.182,93	1,63%	0,45%	25.961,01	0,86%	0,23%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	40.264,00	1,26%	0,35%	207.308,80	6,90%	1,84%
Creche ou auxílio-creche	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Transporte	10.378,79	0,32%	0,09%	8.693,44	0,29%	0,08%
Bolsas/estágios	107.760,75	3,36%	0,93%	118.810,49	3,96%	1,06%
Outros benefícios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relação entre a maior e a menor remuneração	19,5			25,4		
Remuneração bruta:						
Empregados	1.827.707,33	57,03%	15,86%	1.740.506,82	57,95%	15,46%
Administradores	1.168.718,73	36,47%	10,14%	951.995,09	31,70%	8,46%
Terceirizados	127.183,36	3,97%	1,10%	58.595,13	1,95%	0,52%
Autônomos	250,00	0,01%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%

Quadro 5 – Indicadores sociais internos da AGERGS

Fonte: Sistema FPE – Finanças Públicas do Estado e Núcleo de Recursos Humanos da AGERGS. Anos: 2005 e 2006.

Para apuração dos valores dos Indicadores Sociais Internos foram utilizadas as seguintes classificações de despesa¹²:

- a) alimentação: rubrica 4601 – Auxílio-Refeição;
- b) encargos sociais compulsórios: rubricas 1304 – Contribuição Previdenciária; 4701 – Contribuições Previdenciárias – Serviços de Terceiros; 4702 – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP; 7711 – Principal Débitos Parcelados – PASEP;
- c) saúde: rubrica 1301 – Contribuição ao IPERGS para Assistência Médica;
- d) segurança e saúde no trabalho: despesas selecionadas das rubricas 3013 (Manutenção, Identificação, Utilização e Conservação de Bens Móveis e

¹² Classificação da Despesa em nível de rubricas, conforme Decreto Estadual nº 42.085, de 30 de dezembro de 2002.

- Equipamentos), 3021 (Vestuário e/ou Uniforme), 3032 e 3930 (Conservação de Bens Imóveis), 3931 (Conservação de Bens Móveis e Equipamentos), 3984 (Limpeza e Higiene) e 5214 (Mobiliário em Geral), voltadas principalmente à limpeza e manutenção do sistema de ar condicionado e da rede elétrica, instalação de exaustores, aquisição de cadeiras ergonômicas e apoios para pés, entre outros;
- e) educação: rubricas 3903 (Assinaturas de Periódicos e Recortes) e 5213 (Material Bibliográfico, Softwares, Peças para Coleções de Bibliotecas, Discotecas, Fimotecas e Museus), além de despesas selecionadas das rubricas 3991 (Serviços Técnicos Profissionais) e 5214 (Mobiliário em Geral), destinados à organização da biblioteca;
 - f) capacitação e desenvolvimento profissional: rubrica 3935 – Ensino e Treinamento;
 - g) transporte: rubrica 4901 – Auxílio Transporte;
 - h) bolsas/estágios: rubrica 3942 – Estagiários e Monitores;
 - i) remuneração bruta de terceirizados: elemento de despesa 37 – Locação de Mão-de-Obra;
 - j) remuneração bruta de autônomos: elemento de despesa 36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.

Para cálculo da relação entre a maior e a menor remuneração foram considerados os proventos brutos dos servidores, incluindo vantagens temporais e pessoais. Foram excluídos, no entanto, valores de caráter indenizatório, tais como abono-família, auxílio-transporte e auxílio-refeição.

Quanto à remuneração bruta de administradores, foram incluídos nessa categoria os seguintes servidores: Conselheiros, Diretores, Chefes de Gabinete e Coordenadores. Todos os demais colaboradores foram considerados na categoria servidores.

6.3 INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL

Ainda apresentando relação com a área de recursos humanos, nesses indicadores são demonstrados dados não-monetários. A principal diferença entre os modelos de Balanço

Social existentes refere-se à distribuição do número de funcionários por faixa etária e por qualificação. A AGERGS poderia disponibilizar as seguintes informações:

Descrição	2006	2005
Admissões no período	27	07
Exonerações no período ¹³	19	14
Total de servidores por faixa etária		
Menores de 18 anos	-	-
De 18 a 35 anos	27	18
De 36 a 60 anos	31	35
Acima de 60 anos	03	05
Total de servidores por sexo		
Homens	40	36
Mulheres	21	22
% de ocupantes de cargos de chefia por sexo		
Homens	56%	73%
Mulheres	44%	27%
Portadores de necessidades especiais	02	02
Aposentados	05	05
Primeiro emprego	-	-
Estagiários	19	26
Prestadores de serviços terceirizados	11	07
Qualificação do corpo funcional		
Analfabetos	-	-
Com ensino fundamental	-	-
Com ensino médio	15	12
Com ensino técnico	-	-
Com ensino superior	20	24
Pós-graduados	26	22
Acidentes de trabalho	-	-
Ações trabalhistas movidas contra a entidade		
Julgadas procedentes	-	-
Julgadas improcedentes	-	-
Indenizações e multas trabalhistas pagas por determinação judicial	-	-

Quadro 6 – Indicadores do corpo funcional da AGERGS

Fonte: Núcleo de Recursos Humanos da AGERGS. Anos: 2005 e 2006.

Também nesse caso a forma gráfica é muito útil na visualização das informações. Assim, a seguir são apresentados alguns exemplos de gráficos que poderiam ser utilizados na

¹³ Os modelos existentes apresentam “demissões no período”, mas no caso da AGERGS foram consideradas exonerações, visto que aquelas têm caráter punitivo, segundo o Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do RS (Lei Complementar nº 10.098, de 03 de fevereiro, de 1994).

apresentação do relatório. Para tanto, foram utilizados somente os dados do exercício mais atual (2006), mas podem ser evidenciados ambos os períodos para fins de comparação.



Gráfico 2 – Servidores da AGERGS por faixa etária em 2006

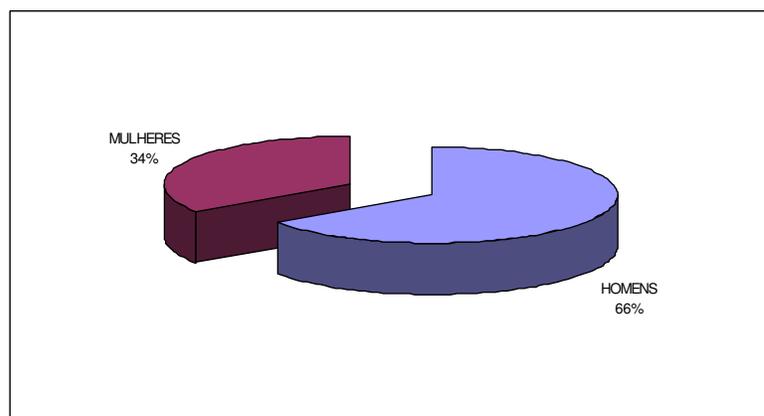


Gráfico 3 – Servidores da AGERGS por sexo em 2006

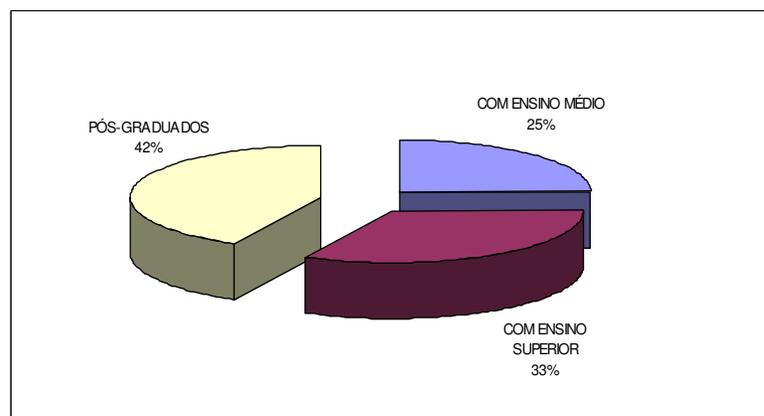


Gráfico 4 – Qualificação do corpo funcional da AGERGS em 2006

6.4 INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS

Descrição	2006	2005
Interação com a comunidade	0,00	0,00
Educação	0,00	0,00
Cultura	0,00	0,00
Saúde e Saneamento	0,00	0,00
Esporte e Lazer	0,00	0,00
Alimentação	0,00	0,00
Interação com usuários de serviços públicos delegados		
Número de solicitações recebidas especificamente sobre a atuação da AGERGS	121	70
- Informações	94	47
- Reclamações	13	17
- Sugestões	08	04
- Elogios	06	02
Número de solicitações recebidas sobre as diversas áreas reguladas (concessionárias)	4.126	3.274
- Prazo médio de atendimento da área de energia elétrica	77 dias	60 dias
- Prazo médio de atendimento das demais áreas ¹⁴	20 dias	20 dias
Reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor	-	-
Reclamações recebidas por meio da Justiça	-	-
Montante de multas e indenizações a usuários determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça	0,00	0,00
Interação com o Meio Ambiente	0,00	0,00
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para melhoria do meio ambiente	0,00	0,00
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	0,00	0,00
Investimentos e gastos com educação ambiental para o pessoal interno	0,00	0,00
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	0,00	0,00
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	0,00	0,00
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	-	-
Valor das multas e indenizações ambientais, determinadas administrativa ou judicialmente	0,00	0,00
Passivos e contingências ambientais	0,00	0,00

Quadro 7 – Indicadores sociais externos da AGERGS

Fonte: Núcleo de Finanças e Ouvidoria da AGERGS. Anos: 2005 e 2006.

¹⁴ O prazo médio de 20 dias no atendimento das solicitações refere-se aos anos de 2005 e de 2006 cumulativamente. Não foi possível obter a informação detalhada por exercício.

Quanto aos Indicadores Sociais Externos, a elaboração de boa parte dos itens fica prejudicada por se tratar de uma entidade pública. Ocorre que a AGERGS, criada sob a forma de autarquia, tem suas funções e competências definidas legalmente, delas não podendo se desviar para não incorrer em ilegalidade. Dessa forma, na interação com a comunidade não poderiam constar gastos, a menos que se tratassem de dispêndios relacionados à regulação, que constitui a atividade-fim da AGERGS, como seria possível em educação, por exemplo.

Usualmente se destaca nos indicadores sociais externos o item “interação com clientes”. No demonstrativo anterior, no entanto, a denominação desse item foi alterada para “interação com usuários de serviços públicos delegados”, a fim de melhor refletir a realidade da AGERGS. Para enriquecimento do quadro, as solicitações recebidas foram divididas em duas categorias: as que dizem respeito à atuação da Agência propriamente dita e as que dizem respeito a todas às áreas reguladas (ex.: energia elétrica, transporte intermunicipal de passageiros, etc.). Outra forma de apresentação dos dados que poderia complementar a interação com os usuários é pelo número de solicitações registradas e encerradas em cada período. Assim também se pode ter uma idéia sobre a agilidade do retorno aos usuários que utilizam a Ouvidoria. Exemplificando, no exercício de 2005 foram registradas 823 solicitações e encerradas 832; já em 2006 foram registradas 688 solicitações e encerradas 642¹⁵, conforme dados do Sistema de Ouvidoria da AGERGS.

Por último, relativamente à interação com o meio ambiente, percebe-se que são informações úteis principalmente no caso de indústrias, que geralmente têm um impacto ambiental importante. Na entidade objeto deste estudo de caso, entretanto, as informações não são relevantes. O que se poderia, por exemplo, é expressar qualitativamente algumas atitudes adotadas pela mesma em prol do meio ambiente, como coleta seletiva de lixo, por exemplo.

6.5 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A PROPOSTA

Além de todas as informações objetivas demonstradas, é comum e fundamental que nos relatórios de responsabilidade social sejam apresentadas informações qualitativas, descritivas, sobre o perfil da instituição, suas políticas, princípios e valores, entre outras. Um exemplo de material que pode auxiliar nessa iniciativa é o Guia de Elaboração do Balanço

¹⁵ Essas solicitações compreendem todas as áreas, com exceção da de energia elétrica.

Social editado pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (2006), conforme já explicitado no item 5.6.1.

Dessa forma, apontamos algumas sugestões que poderiam constar no Balanço Social da AGERGS, além de mensagem do Presidente, descrição da história, perfil, estrutura e funcionamento da Agência, bem como das características e expressividade dos setores regulados pela mesma.

A governança corporativa, por exemplo, constitui aspecto interessante e que poderia ser explanado, já que as decisões são tomadas em colegiado formado por sete Conselheiros indicados pelos diferentes pólos envolvidos na regulação. Além disso, os mandatos são fixos, de quatro anos, e não coincidem com o mandato do governo estadual.

No momento em que são destacados dados sobre os servidores, que impulsionam o trabalho da Agência, seria importante ressaltar iniciativas da administração em prol da capacitação técnica, como os diversos cursos custeados no período, por exemplo, inclusive de Especialização em Regulação de Serviços Públicos, que foi oportunizado a todos os Técnicos Superiores. O nível de qualificação dos servidores, como pode ser observado nos Indicadores do Corpo Funcional, pode ser melhor trabalhado na forma descritiva. Outro ponto que poderia receber destaque é a indicação de diversos servidores efetivos para ocupação de cargos de chefia, como Diretores e Coordenadores, por exemplo, o que valoriza as carreiras permanentes, facilita as transições da presidência e preserva conhecimentos na AGERGS.

Quando se trata das origens de recursos, julgamos que caberia esclarecer o fato de que a AGERGS é uma das poucas entidades superavitárias do Estado, mantida por uma Taxa que, em última instância, é arcada pelos usuários dos serviços públicos delegados, já que seu custo é computado nas tarifas. Essa estrutura representa um custo aos usuários, mas, por outro lado, poderia se demonstrar os benefícios trazidos pela mesma em termos de melhorias no funcionamento das áreas reguladas (através de indicadores de qualidade, por exemplo), bem como rigor técnico e transparência na metodologia dos cálculos tarifários.

Aliás, a questão da transparência e participação na instrução de processos, tomada de decisões e atuação da autarquia em geral, em suas diversas formas, deveria ser frisada. Como exemplo, têm-se as audiências e consultas públicas, as prestações de contas anuais, o serviço de Ouvidoria, que oferece atendimento telefônico gratuito, e o cadastro de usuários voluntários.

Os Indicadores Sociais Externos poderiam ser complementados com indicadores de qualidade dos serviços públicos delegados e sua evolução, bem como informações obtidas nas pesquisas de opinião realizadas pela entidade. Essa medida facilitaria a percepção sobre o impacto da atuação da AGERGS no mercado e se ela está conseguindo atingir sua missão. No tópico relativo à interação com o meio ambiente se poderia destacar, por exemplo, a fiscalização efetuada pela Agência quanto à existência e regularidade de documentação relativa a licenças ambientais das centrais geradoras de energia elétrica no Estado do RS. Essa fiscalização é delegada pela ANEEL através de convênio e envolve licenças prévias, de instalação e de operação das centrais geradoras.

Por último cabe registrar que, apesar de importantes para qualquer instituição, a AGERGS não possui definidos hoje, de forma clara, sua missão, visão, princípios e valores, pela falta de planejamento estratégico. Ainda que suas atividades e competências estejam fixadas em lei, é fundamental que os rumos da Agência estejam determinados, divulgados e assimilados pelos servidores, a fim de que todos envidem esforços no mesmo sentido. Externamente, o Balanço Social é uma ferramenta que pode auxiliar na divulgação à sociedade de “onde” a organização quer chegar.

Longe de esgotar o assunto, foram apresentadas apenas algumas sugestões passíveis de serem divulgadas através do Balanço Social. Obviamente cabe à direção superior da Autarquia decidir o que considera mais relevante, o que deseja destacar em relatório relativamente a cada tópico esboçado. E antes disso, cabe a ela decidir se irá implementar ou não a proposta objeto deste estudo.

Nesse sentido, registre-se que o assunto foi colocado pelo Diretor-Geral na pauta de reunião do Conselho Superior¹⁶ (núcleo decisório da AGERGS). Por unanimidade dos cinco Conselheiros presentes, deliberou-se pelo apoio à implementação do projeto, ou seja, de a Agência elaborar e publicar anualmente seu Balanço Social. Esse é um fato relevante para o estudo de caso, uma vez que se tornaria impraticável a implementação da proposta se os responsáveis pelas tomadas de decisões não se mostrassem receptivos à idéia. Dessa maneira, pode-se considerar que o projeto tem boas chances de ser levado adiante, o que é bastante positivo, principalmente para a sociedade, por todos os motivos já expostos.

¹⁶ Sessão n° 59, de 30 de agosto de 2007, do Conselho Superior da AGERGS.

7 CONCLUSÃO

A sociedade, cada vez mais participativa, já não se contenta com organizações que atuam no mercado gerando riquezas e cumprindo com suas obrigações legais. Exige que sejam socialmente responsáveis, através de uma exploração econômica sustentável, que acarrete o mínimo possível de impacto ambiental, gerando benefícios aos trabalhadores e à comunidade, benefícios esses que devem superar os custos sociais causados por essas empresas. O Balanço Social é uma ferramenta contábil destinada a demonstrar a responsabilidade social das entidades. Expressa, em linguagem clara e transparente, informações não trazidas pelas demonstrações contábeis tradicionais.

Da mesma forma, uma das características mais marcantes na forma de atuação das agências reguladoras no Brasil é a transparência de seus atos e processos decisórios, como mediadoras que são de conflitos entre usuários, concessionárias e governo. Assim, a proposta de implementar a elaboração e divulgação do Balanço Social em uma agência de regulação, a AGERGS, vem contribuir para aumentar a transparência na sua atuação, visto que leva ao conhecimento dos *stakeholders* informações antes não divulgadas, de forma que o perfil e o funcionamento da instituição passam a ser melhor entendidos pelas partes envolvidas.

De um modo geral, pode-se considerar que os objetivos do estudo foram alcançados. Ao longo do desenvolvimento, foram demonstrados os benefícios da divulgação do Balanço Social e os principais modelos existentes no Brasil, como objetivado. A viabilidade da proposta também deve ser destacada, pois foram identificadas as fontes de dados necessárias para a totalidade do relatório, bem como foram demonstradas as principais informações que devem fazer parte do demonstrativo. Além disso, há apoio do corpo decisório da Agência no sentido de efetivamente implementar a proposta de divulgação do Balanço Social.

Espera-se, finalmente, que a possível implementação da proposta possa fortalecer os instrumentos de prestação de contas e de participação social existentes na AGERGS, em benefício da sociedade gaúcha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. Resolução ANEEL n° 444, de 26 de outubro de 2001. Institui o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, englobando o Plano de Contas revisado, com instruções contábeis e roteiro para elaboração e divulgação de informações econômicas e financeiras. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/area.cfm?id_area=160>. Acesso em 05 abr. 2007.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Prêmio de responsabilidade social – edital 2006. Porto Alegre: 2006. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br>>. Acesso em: 05 abr. 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.** Brasília, 1995.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional. Portaria Interministerial STN/SOF n° 163, de 04 de maio de 2001. Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.stn.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/portaria_163_01.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2007.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei n° 32/99. Cria o balanço social para as empresas que menciona e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=14958>. Acesso em: 11 ago. 2007.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPÉIAS. Livro Verde: promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas. Bruxelas, 2001.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. [Ofício n. 01/2004] 19 jan. 2004, Rio de Janeiro [para] Diretores de Relações com Investidores e Auditores Independentes, 82 p. Encerramento do Exercício Social. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 04 abr. 2007.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução n° 1.003/04. Aprova a NBC T 15 – Informações de natureza social e ambiental. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 04 abr. 2007.

COSENZA, José Paulo. A eficácia informativa da Demonstração do Valor Adicionado. **Revista Contabilidade & Finanças-USP**, São Paulo, Edição comemorativa, p. 7-29, out. 2003.

COSTA, Frederico Lustosa da; PECCI, Alketa. Desestatização como estratégia de reforma do Estado: análise preliminar da privatização no Brasil de Nova República. **Revista de Administração Pública**, São Paulo, n. 33, p. 191-207, mai./jun. 1999.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; RIBEIRO, Maisa de Souza; SANTOS, Ariovaldo dos. A Demonstração do Valor Adicionado como instrumento de mensuração da distribuição

- da riqueza. **Revista Contabilidade & Finanças-USP**, São Paulo, n. 37, p. 7-23, jan./abr. 2005.
- DALMÁCIO, Flávia Zóboli. Indicadores para análise da Demonstração do Valor Adicionado. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, ano XXXIII, n. 149, p. 89-97, set./out. 2004.
- DE LUCA, Márcia Martins Mendes. **Demonstração do Valor Adicionado**: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. São Paulo: Atlas, 1998.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa**. São Paulo: Atlas, 1995.
- DUARTE, Gleuso Damasceno; DIAS, José Maria Martins. **Responsabilidade social**: a empresa hoje. São Paulo: Ed. Livros Técnicos e Científicos, 1986.
- FIGUEIREDO, Pedro Henrique Poli de. **A regulação do serviço público concedido**. Porto Alegre: Síntese, 1999.
- GLOBAL REPORTING INITIATIVE. Our History. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org/AboutGRI/WhatWeDo/OurHistory/OurHistory.htm>>. Acesso em: 04 abr. 2007.
- GOMES, Marcelo Barros. O controle externo de agências reguladoras no Brasil em perspectiva comparativa: lições, eventos recentes e desafios futuros. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 8., 2003, Panamá. **Anais...** Caracas: Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo - CLAD, 2003.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. Balanço social. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=61&sid=8>>. Acesso em: 05 abr. 2007.
- INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. Guia de elaboração do Balanço Social 2006. São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em: 02 abr. 2007.
- _____. Perguntas frequentes. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em: 20 ago. 2007.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**: aplicável às demais sociedades. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2003.
- KROETZ, César Eduardo Stevens. **Balanço social**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.
- _____. Balanço social: uma proposta de normatização. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 104, p. 54-65, maio 2001.
- _____. Contabilidade social. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, ano XXVIII, n. 120, p. 29-38, nov./dez. 1999.
- KROETZ, César Eduardo Stevens; KROETZ, Cleber Joel Stevens. Demonstração da responsabilidade social: com base no princípio de dualidade. In: CONVENÇÃO DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 9., 2003, Gramado. **Anais...** Porto Alegre: Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 2003, p. 01-18.
- MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. **Responsabilidade social & cidadania empresarial**: administração do terceiro setor. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

_____. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; MARAVALL, José María; PRZEWORSKI, Adam. **Reformas econômicas em democracias novas: uma proposta social-democrata.** Traduzido por Antonio Sérgio Rocha. São Paulo: Nobel, 1996. Tradução de: Economic reforms in new democracies: a social-democratic approach.

PINHEIRO, Armando Castelar. **A experiência brasileira de privatização: o que vem a seguir?** Rio de Janeiro: BNDES, 2000. (Textos para Discussão, n. 87)

PINHEIRO, Armando Castelar; GIAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Maurício Mesquita. **O Brasil na década de 90: uma transição bem-sucedida?** Rio de Janeiro: BNDES, 2001. (Textos para Discussão, n. 91)

PINTO, Anacleto Laurino; RIBEIRO, Maisa de Souza. Balanço Social: avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no Estado de Santa Catarina. **Revista Contabilidade & Finanças-USP**, São Paulo, n. 36, p. 21-34, set./dez. 2004.

RESPONSABILIDADE SOCIAL. Balanço Social. Disponível em: <<http://www.responsabilidadesocial.com/institucional/institucionalview.php?id=4>>. Acesso em: 04 abr. 2007.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 42.085, de 30 de dezembro de 2002. Atualiza a codificação e a interpretação da receita e da despesa orçamentárias para a administração direta, autarquias e fundações. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2007.

_____. Lei nº 10.931, de 09 de janeiro de 1997. Cria a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul – AGERGS e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br>>. Acesso em: 18 jun. 2007.

_____. Lei nº 11.440, de 18 de janeiro de 2000. Cria o Certificado de Responsabilidade Social – RS para empresas estabelecidas no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br>>. Acesso em: 02 abr. 2007.

SALGADO, Lúcia Helena. **Agências regulatórias na experiência brasileira: um panorama do atual desenho institucional.** Rio de Janeiro: IPEA, 2003. (Texto para Discussão, n. 941)

SANTANA, Ângela. Agências executivas e agências reguladoras: o processo de agencificação. Escola Nacional de Administração Pública. Disponível em: <<http://www.enap.gov.br/reforma-gerencial>>. Acesso em: 17 maio 2003.

SCHMIDT, Paulo. **História do Pensamento Contábil.** Porto Alegre: Bookman, 2000.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Balanço social: balanço da transparência corporativa e da concertação social. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, ano XXXI, n. 135, p. 57-72, mai./jun. 2002.

_____. **Balanço social: uma abordagem da transparência da responsabilidade pública das organizações.** São Paulo: Atlas, 2001.

THE WORLD BANK (2003). Report nº 25971: Project Performance Assessment Report Brazil. Washington: The World Bank. Disponível em: <<http://www.worldbank.org>>. Acesso em: 13 ago. 2007.

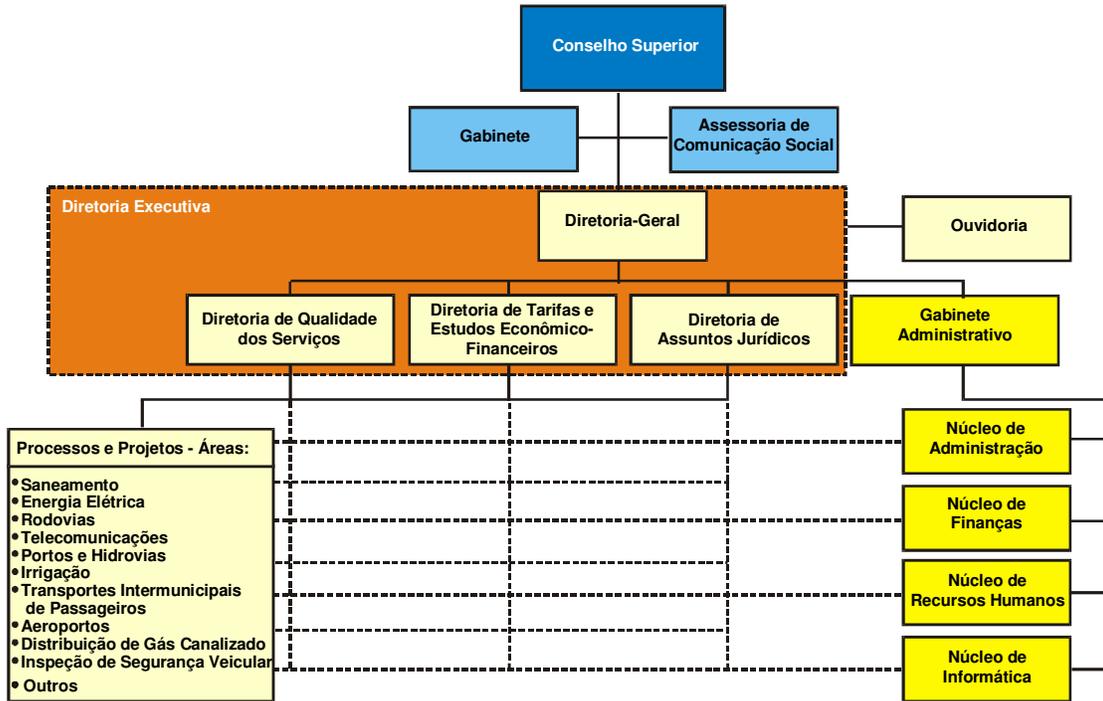
TORRES, Ciro. **Ética e responsabilidade social**. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Disponível em: <http://www.balancosocial.org.br/media/ART_2002_RSE_Vertical.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2007.

VISCUSI, W. Kip; VERNON, John M.; HARRINGTON Jr., Joseph E. **Economics of regulation and antitrust**. 3. ed. Cambridge, Ma: The MIT Press, 2000.

ANEXOS

ANEXO A – ORGANOGRAMA DA AGERGS

AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO RIO GRANDE DO SUL



ANEXO B – BALANÇO SOCIAL – MODELO DO IBASE

Balanço Social Anual / 2006



Empresa:

1 - Base de Cálculo	2006	2005
	Valor (Mil reais)	Valor (Mil reais)
Receita líquida (RL)	0	0
Resultado operacional (RO)	0	0
Folha de pagamento bruta (FPB)	0	0

Receita líquida: receita bruta excluída dos impostos, contribuições, devoluções, abatimentos e descontos comerciais.

Resultado operacional: lucro ou prejuízo apresentado pela empresa no período.

Folha de pagamento bruta: somatório de remuneração (salários, gratificações, comissões e abonos), 13º salário, férias e encargos sociais compulsórios (INSS, FGTS e contribuição social).

Balço Social Anual / 2006



Empresa:

2 - Indicadores Sociais Internos	2006	2005
	Valor (Mil reais)	Valor (Mil reais)
Alimentação	0	0
Encargos sociais compulsórios	0	0
Previdência privada	0	0
Saúde	0	0
Segurança e saúde no trabalho	0	0
Educação	0	0
Cultura	0	0
Capacitação e desenvolvimento profissional	0	0
Creches ou auxílio-creche	0	0
Participação nos lucros ou resultados	0	0
Outros	0	0
Total - Indicadores sociais internos	0	0

Alimentação: gastos com restaurante, vale-refeição, lanches, cestas básicas e outros relacionados à alimentação dos empregados(as).

Previdência privada: planos especiais de aposentadoria, fundações previdenciárias, complementações de benefícios a aposentados(as) e seus dependentes.

Saúde: plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde, inclusive dos aposentados(as).

Educação: gastos com ensino regular em todos os níveis, reembolso de educação, bolsas, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca (excluído pessoal) e outros gastos com educação.

Cultura: gastos com eventos e manifestações artísticas e culturais (música, teatro, cinema, literatura e outras artes).

Capacitação e desenvolvimento profissional: recursos investidos em treinamentos, cursos, estágios (excluído os salários) e gastos voltados especificamente para capacitação relacionada com a atividade desenvolvida por empregados(as).

Creche ou auxílio-creche: creche no local ou auxílio-creche a empregados(as).

Participação nos lucros ou resultados: participações que não caracterizem complemento de salários.

Outros benefícios: seguros (parcela paga pela empresa), empréstimos (só o custo), gastos com atividades recreativas, transportes, moradia e outros benefícios oferecidos a empregados(as) podem ser aqui enumerados.

Balço Social Anual / 2006



Empresa:

3 - Indicadores Sociais Externos	2006	2005
	Valor (Mil reais)	Valor (Mil reais)
Educação	0	0
Cultura	0	0
Saúde e saneamento	0	0
Esporte	0	0
Combate à fome e segurança alimentar	0	0
Outros	0	0
Total das contribuições para a sociedade	0	0
Tributos (excluídos encargos sociais)	0	0
Total - Indicadores sociais externos	0	0

Total das contribuições para a sociedade: somatório dos investimentos na comunidade que aparecem discriminados.

Os itens na tabela aparecem como indicação de setores importantes onde a empresa deve investir (como habitação, creche, lazer e diversão, por exemplo). Porém podem aparecer aqui somente os investimentos focais que a empresa realiza regularmente.

Tributos (excluídos encargos sociais): impostos, contribuições e taxas federais, estaduais e municipais.

Balço Social Anual / 2006



Empresa:

4 - Indicadores Ambientais	2006 Valor (Mil reais)	2005 Valor (Mil reais)
Investimentos relacionados com a produo/operao da empresa	0	0
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0
Total dos investimentos em meio ambiente	0	0
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resduos, o consumo em geral na produo/ operao e aumentar a eficcia na utilizao de recursos naturais, a empresa	<input type="checkbox"/> no possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%	<input type="checkbox"/> no possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%

Investimentos relacionados com a produo/operao da empresa: investimentos, monitoramento da qualidade dos resduos/efluentes, despoluio, gastos com a introduo de mtodos no-poluentes, auditorias ambientais, programas de educao ambiental para os(as) funcionrios(as) e outros gastos com o objetivo de incrementar e buscar o melhoramento contnuo da qualidade ambiental na produo/operao da empresa.

Investimentos em programas/projetos externos: despoluio, conservao de recursos ambientais, campanhas ecolgicas e educao socioambiental para a comunidade externa e para sociedade em geral.

Metas anuais: resultado mdio percentual alcanado pela empresa no cumprimento de metas ambientais estabelecidas pela prpria corporao, por organizaes da sociedade civil e/ou por parmetros internacionais como o Global Reporting Initiative (GRI).

Balço Social Anual / 2006



Empresa:

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2006	2005
	Valor (Mil reais)	Valor (Mil reais)
Nº de empregados(as) ao final do período	0	0
Nº de admissões durante o período	0	0
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	0	0
Nº de estagiários(as)	0	0
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	0	0
Nº de mulheres que trabalham na empresa	0	0
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0,00%	0,00%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	0	0
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,00%	0,00%
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	0	0

Nº de negros(as) que trabalham na empresa: Considerar como trabalhadores(as) negros(as) o somatório de indivíduos classificados/autodeclarados como de pele preta e parda (conforme o declarado na RAIS).

Balço Social Anual / 2006



Empresa:

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2006			Metas 2007		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	0			0		
Número total de acidentes de trabalho	0			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentivaré e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input checked="" type="checkbox"/> serão sugeridos	<input type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input checked="" type="checkbox"/> organizaré e incentivaré
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa _____	no Procon _____	na Justiça _____	na empresa _____	no Procon _____	na Justiça _____
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa _____%	no Procon _____%	na Justiça _____%	na empresa _____%	no Procon _____%	na Justiça _____%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2006:			Em 2005:		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	____% governo	____% colaboradores(as)	____% acionistas	____% governo	____% colaboradores(as)	____% acionistas
	____% terceiros	____% retido		____% terceiros	____% retido	

Relação entre a maior e a menor remuneração: o resultado absoluto da divisão da maior remuneração pela menor.

Número total de acidentes de trabalho: todos os acidentes de trabalho **registrados** durante o ano.

Normas: conforme as Convenções 87, 98, 135 e 154 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e os itens da norma Social Accountability 8000 (SA 8000).

Valor adicionado: para mais informações, acesse www.balancosocial.org.br

Balço Social Anual / 2006



Empresa:

7 - Outras Informações

Este espaço está disponível para que a empresa agregue outras informações importantes quanto ao exercício da responsabilidade social, ética e transparência.

Balço Social Anual / 2006



Empresa:

1 - Base de Cálculo	2006 Valor (Mil reais)			2005 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)			0			0
Resultado operacional (RO)			0			0
Folha de pagamento bruta (FPB)			0			0
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Encargos sociais compulsórios	0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Previdência privada	0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Saúde	0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Segurança e saúde no trabalho	0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Educação	0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Cultura	0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Capacitação e desenvolvimento profissional	0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Creches ou auxílio-creche	0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Participação nos lucros ou resultados	0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Outros	0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Total - Indicadores sociais internos	0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Cultura	0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Saúde e saneamento	0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Esporte	0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Combate à fome e segurança alimentar	0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Outros	0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Total das contribuições para a sociedade	0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Tributos (excluídos encargos sociais)	0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Total - Indicadores sociais externos	0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Total dos investimentos em meio ambiente	0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2006			2005		
Nº de empregados(as) ao final do período	0			0		
Nº de admissões durante o período	0			0		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	0			0		
Nº de estagiários(as)	0			0		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	0			0		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	0			0		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0,00%			0,00%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	0			0		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,00%			0,00%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	0			0		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2006			Metas 2007		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	0			0		
Número total de acidentes de trabalho	0			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as)	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input checked="" type="checkbox"/> serão sugeridos	<input type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2006:			Em 2005:		
	___% governo	___% colaboradores(as)	___% acionistas	___% governo	___% colaboradores(as)	___% acionistas
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	___% terceiros	___% retido		___% terceiros	___% retido	
7 - Outras Informações	0					

ANEXO C – BALANÇO SOCIAL – MODELO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

BALANÇO SOCIAL PARA FUNDAÇÕES, ASSOCIAÇÕES, SINDICATOS, INSTITUIÇÕES DE ENSINO E DEMAIS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Nome da Instituição

1.2 Natureza Jurídica da Instituição

1.3 Isenta de Cota Patronal do INSS?

1.4 Possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social?

1.5 Possui Reconhecimento de Utilidade Pública?

1.6 Possui Certificado como OSCIP (Lei 9790/99)?

1.7 Endereço

1.8 CNPJ

1.9 Área de Atuação

1.10 Outros Dados

2. ORIGEM DOS RECURSOS

2005

2006

2.1 Receitas Totais

2.1.1 Recursos Governamentais (subvenções)

2.1.2 Doações de Pessoas Jurídicas

2.1.3 Doações de Pessoas Físicas

2.1.4 Contribuições

2.1.5 Patrocínios

2.1.6 Cooperação Internacional

2.1.7 Prestação de Serviços e/ou Venda de Produtos

2.1.8 Outras Receitas

R\$

R\$

3. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

2005

2006

3.1 Despesas Totais

3.1.1 Projetos, Programas e Ações Sociais

3.1.2 Pessoal (salários + benefícios + encargos)

3.1.3 Despesas Operacionais (exceto pessoal)

3.1.4 Despesas com Impostos e Taxas

3.1.5 Despesas Financeiras

3.1.6 Outras Despesas

3.1.7 Investimentos em Bens de Capital

R\$

R\$

4. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS

2005

2006

4.1 Ações e Benefícios para os funcionários

4.1.1 Alimentação

4.1.2 Educação

4.1.3 Capacitação e Desenvolvimento Profissional

4.1.4 Creche ou Auxílio Creche

4.1.5 Saúde

4.1.6 Segurança e Higiene no Trabalho

4.1.7 Transporte

4.1.8 Bolsas/Estágios

4.1.9 Outros Benefícios

R\$

R\$

5. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS

2005

2006

5.1 Projetos Ações e Contribuições para a Sociedade

5.1.1 Segurança Alimentar / Combate à Fome

5.1.2 Educação Popular / Alfabetização

5.1.3 Saúde e Saneamento

5.1.4 Esporte Cultura e Lazer

5.1.5 Combate à Violência

5.1.6 Educação Infantil / Creches Comunitárias

5.1.7 Geração de Emprego e Renda

5.1.8 Inclusão Digital

5.1.9 Outros

R\$

R\$

6. INDICADORES SOBRE O CORPO FUNCIONAL

2005

2006

6.1 Dados Gerais

6.1.1 Admissões no Período

6.1.2 Demissões no Período

6.1.3 Total de funcionários no final do exercício por faixa etária

6.1.4 Portadores de Necessidades Especiais

6.1.5 Aposentados

6.1.6 Primeiro Emprego

6.1.7 Estagiários

6.1.8 Acidentes de Trabalho

6.1.9 Multas Trabalhistas

Qualificação do Corpo Funcional

6.2.1 Pós-graduados

6.2.2 Graduados

6.2.3 Graduandos

6.2.4 Ensino Médio Completo

6.2.5 Ensino Fundamental Completo

6.2.6 Ensino Fundamental Incompleto

6.2.7 Não-Alfabetizados

7. AÇÕES AMBIENTAIS

2005

2006

7.1 Valor Investido em Meio Ambiente / Desenvolvimento Sustentável

7.2 Multas e indenizações pagas por infração à Legislação Ambiental

R\$

R\$

7.3 Descrever quantidade de infração à Legislação Ambiental

Contabilista Responsável

CRCRS

Dirigente da Instituição

Orientações de preenchimento do Balanço Social para fundações, associações, sindicatos, instituições de ensino e demais entidades sem fins lucrativos.

1.2 Indicar se fundação, associação, autarquia, sindicato, etc.

2.1 Informar o montante das receitas provenientes dos sócios/associados e demais contribuições estatutárias.

3.1.1 Informar o total de gastos com projetos, ações e contribuições para a sociedade que a instituição efetivamente realizou no período e que estão detalhados no item 5.

3.1.2 Informar o total da folha de salários da instituição, incluindo os encargos sociais, bem como os benefícios especificados no item 4.

3.1.3 Informar o montante dos gastos operacionais da instituição, excluídos os gastos com pessoal descritos no item 3.1.2.

3.1.4 Informar o montante de gastos com impostos, taxas e contribuições, exceto os encargos de pessoal informados no item 3.1.2.

3.1.5 Informar o montante de despesas financeiras pagas pela instituição no período, decorrente de empréstimos, financiamentos, etc.

3.1.6 Informar o valor das demais despesas pagas no exercício, não compreendidas nos itens precedentes.

3.1.7 Informar o montante aplicado no exercício na aquisição de bens de capital (máquinas, equipamentos, móveis e utensílios, imóveis, etc.)

4.1 Informar o montante gasto no período com ações e benefícios para os funcionários, em cada item especificado no detalhamento.

5.1 Informar o montante gasto no período com projetos, ações e contribuições para a sociedade, em cada item especificado no detalhamento. O total deve coincidir o valor informado no campo 3.1.1

6.1.3 Total de funcionários no final do exercício por faixa etária - número total de funcionários que exerciam suas atividades na instituição no final do período, por faixa etária, como segue: até 30 anos; de 31 a 40 anos; de 41 a 50 anos; de 51 a 60 anos; mais de 60 anos.

6.1.4 Total de funcionários Portadores de Necessidades Especiais que exerciam suas atividades na instituição no final do período.

6.1.5 Total de funcionários aposentados que continuam exercendo suas atividades na instituição.

6.1.6 Número de funcionários admitidos no período, que estão trabalhando pela primeira vez.

- 6.1.7 Número de estagiários no final do período.
- 6.1.8 Número de acidentes ocorridos no trabalho e registrados em cada ano.
- 6.1.9 Número de multas trabalhistas aplicadas pelos órgãos competentes, à instituição, em cada ano.
- 6.2 Informar a quantidade de funcionários por faixa de formação escolar, conforme detalhado.

RELATÓRIO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL PARA FUNDAÇÕES, ASSOCIAÇÕES, SINDICATOS, INSTITUIÇÕES DE ENSINO E DEMAIS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

Este documento deverá detalhar os programas sociais apresentados no Balanço Social, evidenciando os resultados e a obtenção dos objetivos propostos.

Além destes itens, o Relatório de Responsabilidade Social deve seguir a estrutura mínima apresentada abaixo:

1. Compromisso com a Responsabilidade Social

1.1 Palavra do Presidente:

Expressa o Compromisso do Presidente (ou o Líder maior da Entidade) com a Responsabilidade Social em seus Programas e Projetos, e quais as diretrizes definidas pela alta direção na atuação em Ações Sociais.

2. Perfil da Entidade:

2.1 Informações Gerais:

Nome, breve histórico, foco dos programas, área de atuação, principais beneficiados, e outras informações que a Entidade julgar relevantes para sua apresentação.

2.2 Missão:

Declaração de propósitos, ampla e duradoura, que individualiza e distingue a Entidade, definindo elementos essenciais de sua identidade institucional.

2.2.1 Componentes de uma Missão:

Razão de ser de uma Entidade (para que existe);

Negócio (o que oferece à sociedade);

Público-alvo (quais os beneficiários essenciais);

Condições de desempenho (como realizar a Missão).

2.3 Visão:

Uma imagem (instigante e desafiadora) do futuro desejado para a Entidade, num dado horizonte de tempo. Aonde a Entidade deseja chegar num período determinado.

2.4 Valores e Crenças:

Compromissos éticos assumidos, forma e filosofia de atuação e relacionamento com todos os públicos com que se relaciona: empregados / colaboradores / voluntários, clientes / beneficiários, fornecedores, mantenedores, sociedade, etc.

3. Ações e Resultados

3.1 Canais de Comunicação com as Partes Interessadas:

A Entidade possui canais formais de comunicação com as partes Interessadas? De que forma relaciona-se com estes Públicos?

Entende-se por Partes Interessadas, todos os públicos com os quais a Entidade se relaciona na condução de seus Programas/Projetos, tais como: Empregados, Associados, Colaboradores ou Voluntários/, Fornecedores (de bens, materiais ou serviços), clientes (beneficiários), Comunidade onde a Entidade está inserida, mantenedores, Meio Ambiente, Governo e Sociedade em Geral.

3.2 Ações de Planejamento Familiar

Este item deverá retratar as atividades desenvolvidas pela organização através da descrição de ações, programas e/ou projetos apoiados ou desenvolvidos na área de planejamento familiar. Utilizar este item para descrever as ações que contemplem o conceito de planejamento familiar, não somente no seu sentido restrito e circunscrito às questões de reprodução, métodos contraceptivos, sexualidade, DST-AIDS, entre outros, mas também, as que envolvam o conceito na sua abrangência, focalizando temas que contemplem a melhoria da qualidade de vida como: direitos humanos, gênero, preconceito, violência, prevenção e saúde sexual.

Serão valorizados na avaliação, entre outros, os itens: tipo de ações, planejamento e monitoramento, abrangência (público atingido), recursos utilizados, equipe envolvida, parcerias efetivadas, periodicidade e impacto das ações desenvolvidas.

3.3 – Avaliação

Os trabalhos serão encaminhados à Comissão Mista através de documentos comprobatórios passíveis de serem avaliados. A avaliação terá caráter apenas qualitativo e não quantitativo. A Comissão realizará visitas às organizações, se necessário.

4. Descrição dos Cases ou Projetos Sociais desenvolvidos pela Entidade:

Descrição e detalhamento dos Programas ou Projetos de Impacto Social desenvolvidos pela Entidade, de forma clara e completa.

Serão levados em conta, para avaliação dos Relatórios dessa categoria, o atendimento aos seguintes itens:

Diagnóstico (carência a ser trabalhada);

Objetivo;

Comunidade atendida;

Abrangência do projeto / ação social;

Resultados sociais alcançados (cumprimento dos objetivos);

Acompanhamento de indicadores;

Impacto Social (expectativa da transformação social em longo prazo)

Poderão ser acrescentados outros itens considerados relevantes pela Entidade, relativos ao Case (s) ou Projeto(s) apresentado (s).

5. Compromisso com a Sustentabilidade

5.1 Sustentabilidade Econômico – Financeira

De que forma a Entidade se organiza (atualmente) para a captação de recursos financeiros?

5.2 Sustentabilidade Social

A Organização deverá extrair dados resumidos de seu Balanço Social que permitam avaliar sua situação na sociedade.

5.3 Sustentabilidade Ambiental

De que forma a Organização atua na preservação e sustentabilidade ambiental, cumpre todos os requisitos exigidos por lei (licença para operação e funcionamento)? Possui ações de Educação Ambiental? De que forma atua para minimizar os Impactos Ambientais (quando houver) de suas operações? Programas e Indicadores de Eco-Eficiência.

6. Compromisso Assumido com o Futuro da Instituição:

Projetos Futuros que garantam a sustentabilidade da Entidade, planos de crescimento/desenvolvimento, projetos de expansão, projetos de captação de recursos, visão de longo prazo, etc.

ANEXO D – RESOLUÇÃO CFC N° 1.003/04

*Aprova a NBC T 15 – Informações de
Natureza Social e Ambiental*

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas constituem corpo de doutrina contábil que estabelece regras de procedimentos técnicos a serem observadas quando da realização de trabalhos;

CONSIDERANDO que a forma adotada de fazer uso de trabalhos de instituições com as quais o Conselho Federal de Contabilidade mantém relações regulares e oficiais está de acordo com as diretrizes constantes dessas relações;

CONSIDERANDO que o Grupo de Trabalho das Normas Brasileiras de Contabilidade, instituído pelo Conselho Federal de Contabilidade, atendendo ao que está disposto no Art. 1º da Resolução CFC nº 751, de 29 de dezembro de 1993, elaborou a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental;

CONSIDERANDO que por se tratar de atribuição que, para o adequado desempenho, deve ser empreendida pelo Conselho Federal de Contabilidade em regime de franca, real e aberta cooperação com o Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários, o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, o Instituto Nacional de Seguro Social, o Ministério da Educação, a Secretaria Federal de Controle, a Secretaria da Receita Federal, a Secretaria do Tesouro Nacional e a Superintendência de Seguros Privados,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2006, sendo recomendada a sua adoção antecipada.

Brasília, 19 de agosto de 2004.

Contador JOSÉ MARTONIO ALVES COELHO
Presidente

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE

NBC T 15 – INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

15.1 – CONCEITUAÇÃO E OBJETIVOS

- 15.1.1 – Esta norma estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade.
- 15.1.2 – Para fins desta norma, entende-se por informações de natureza social e ambiental:
 - a) a geração e a distribuição de riqueza;
 - b) os recursos humanos;
 - c) a interação da entidade com o ambiente externo;
 - d) a interação com o meio ambiente.
- 15.1.3 – A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, ora instituída, quando elaborada deve evidenciar os dados e as informações de natureza social e ambiental da entidade, extraídos ou não da contabilidade, de acordo com os procedimentos determinados por esta norma.
- 15.1.4 – A demonstração referida no item anterior, quando divulgada, deve ser efetuada como informação complementar às demonstrações contábeis, não se confundindo com as notas explicativas.
- 15.1.5 – A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deve ser apresentada, para efeito de comparação, com as informações do exercício atual e do exercício anterior.

15.2 – INFORMAÇÕES A SEREM DIVULGADAS

- 15.2.1 – Geração e Distribuição de Riqueza
 - 15.2.1.1 – A riqueza gerada e distribuída pela entidade deve ser apresentada conforme a Demonstração do Valor Adicionado, definida na NBC T 3.
- 15.2.2 – Recursos Humanos
 - 15.2.2.1 – Devem constar dados referentes à remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional e as contingências e os passivos trabalhistas da entidade.
 - 15.2.2.2 – Quanto à remuneração e benefícios concedidos aos empregados, administradores, terceirizados e autônomos, devem constar:
 - a) remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos;

- b) relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando os empregados e os administradores;
- c) gastos com encargos sociais;
- d) gastos com alimentação;
- e) gastos com transporte;
- f) gastos com previdência privada;
- g) gastos com saúde;
- h) gastos com segurança e medicina do trabalho;
- i) gastos com educação (excluídos os de educação ambiental);
- j) gastos com cultura;
- k) gastos com capacitação e desenvolvimento profissional;
- l) gastos com creches ou auxílio-creches;
- m) participações nos lucros ou resultados.

15.2.2.3 – Estas informações devem ser expressas monetariamente pelo valor total do gasto com cada item e a quantidade de empregados, autônomos, terceirizados e administradores beneficiados.

15.2.2.4 – Nas informações relativas à composição dos recursos humanos, devem ser evidenciados:

- a) total de empregados no final do exercício;
- b) total de admissões;
- c) total de demissões;
- d) total de estagiários no final do exercício;
- e) total de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício;
- f) total de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício;
- g) total de empregados por sexo;
- h) total de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:
 - menores de 18 anos
 - de 18 a 35 anos
 - de 36 a 60 anos
 - acima de 60 anos
- i) total de empregados por nível de escolaridade, segregados por:
 - analfabetos
 - com ensino fundamental
 - com ensino médio

com ensino técnico
com ensino superior
pós-graduados

j) percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo.

15.2.2.5 – Nas informações relativas às ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade, devem ser evidenciados:

- a) número de processos trabalhistas movidos contra a entidade;
- b) número de processos trabalhistas julgados procedentes;
- c) número de processos trabalhistas julgados improcedentes;
- d) valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça.

15.2.2.6 – Para o fim desta informação, os processos providos parcialmente ou encerrados por acordo devem ser considerados procedentes.

15.2.3 – Interação da Entidade com o Ambiente Externo

15.2.3.1 – Nas informações relativas à interação da entidade com o ambiente externo, devem constar dados sobre o relacionamento com a comunidade na qual a entidade está inserida, com os clientes e com os fornecedores, inclusive incentivos decorrentes dessa interação.

15.2.3.2 – Nas informações relativas à interação com a comunidade, devem ser evidenciados os totais dos investimentos em:

- a) educação, exceto a de caráter ambiental;
- b) cultura;
- c) saúde e saneamento;
- d) esporte e lazer, não considerados os patrocínios com finalidade publicitária;
- e) alimentação.

15.2.3.3 – Nas informações relativas à interação com os clientes, devem ser evidenciados:

- a) número de reclamações recebidas diretamente na entidade;
- b) número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor;
- c) número de reclamações recebidas por meio da Justiça;
- d) número das reclamações atendidas em cada instância arrolada;
- e) montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça;
- f) ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações.

15.2.3.4 – Nas informações relativas aos fornecedores, a entidade deve informar se utiliza critérios de responsabilidade social para a seleção de seus fornecedores.

15.2.4 – Interação com o Meio Ambiente

15.2.4.1 – Nas informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente, devem ser evidenciados:

- a) investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;
- b) investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;
- c) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;
- d) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;
- e) investimentos e gastos com outros projetos ambientais;
- f) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;
- g) valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;
- h) passivos e contingências ambientais.

15.3 – DISPOSIÇÕES FINAIS

15.3.1 – Além das informações contidas no item 15.2, a entidade pode acrescentar ou detalhar outras que julgar relevantes.

15.3.2 – As informações contábeis, contidas na Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, são de responsabilidade técnica de contabilista registrado em Conselho Regional de Contabilidade, devendo ser indicadas aquelas cujos dados foram extraídos de fontes não-contábeis, evidenciando o critério e o controle utilizados para garantir a integridade da informação. A responsabilidade por informações não-contábeis pode ser compartilhada com especialistas.

15.3.3 – A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deve ser objeto de revisão por auditor independente, e ser publicada com o relatório deste, quando a entidade for submetida a esse procedimento.

ANEXO E – MODELO DE DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO, DA FIPECAFI, E RESPECTIVAS INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
EMPRESA:	Em milhares de reais	
DESCRIÇÃO	Pela Legislação Societária	Em Moeda Constante
1. RECEITAS		
1.1 Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2 Provisão para devedores duvidosos – Reversão/(constituição)		
1.3 Não operacionais		
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (incluem os valores dos impostos – ICMS e IPI)		
2.1 Matérias-primas consumidas		
2.2 Custos das mercadorias e serviços vendidos		
2.3 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.4 Perda/recuperação de valores ativos		
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		
4. RETENÇÕES		
4.1 Depreciação, amortização e exaustão		
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1 Resultado da equivalência patrimonial		
6.2 Receitas financeiras		
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
8.1 Pessoal e encargos		
8.2 Impostos, taxas e contribuições		
8.3 Juros e aluguéis		
8.4 Juros sobre capital próprio e dividendos		
8.5 Lucros retidos/prejuízo do exercício		

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO

As informações são extraídas da Contabilidade e, portanto, deverão ter como base o princípio contábil do regime de competência de exercícios.

1. RECEITAS (soma dos itens 1.1 e 1.3)

1.1 Vendas de mercadorias, produtos e serviços: incluem valores do ICMS e IPI incidentes sobre essas receitas, ou seja, correspondem à receita bruta ou ao faturamento bruto.

1.2 Provisão para devedores duvidosos: inclui os valores relativos à constituição/baixa de provisão para devedores duvidosos.

1.3 Não operacionais: incluem valores considerados fora das atividades principais da empresa, como: ganhos ou perdas na baixa de imobilizados, ganhos ou perdas na baixa de investimentos, etc.

2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (soma dos itens 2.1 a 2.4)

2.1 Matérias-primas consumidas (incluídas no custo do produto vendido).

2.2 Custos das mercadorias e serviços vendidos (não incluem gastos com pessoal próprio).

2.3 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (incluem valores relativos às aquisições e pagamentos a terceiros). Nos valores dos custos dos produtos e mercadorias vendidos, materiais, serviços, energia, etc., consumidos devem ser considerados os impostos (ICMS e IPI) incluídos no momento das compras, recuperáveis ou não.

2.4 Perda/recuperação de valores ativos: incluem as importâncias relativas a ajustes a valor de mercado de estoques e investimentos, etc. (se no período o valor líquido for positivo, deverá ser somado).

3. VALOR ADICIONADO BRUTO (diferença entre itens 1 e 2)

4. RETENÇÕES

4.1 Depreciação, amortização e exaustão: deve incluir a despesa contabilizada no período.

5. “VA” LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (diferença entre itens 3 e 4)

6. “VA” RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA (soma dos itens 6.1 e 6.2)

6.1 Resultado de equivalência patrimonial (inclui os valores recebidos como dividendos relativos a investimentos avaliados ao custo). O resultado de equivalência pode representar receita ou despesa; se despesa, deve ser informada entre parênteses.

6.2 Receitas financeiras (incluem todas as receitas financeiras independentemente de sua origem).

7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (soma dos itens 5 e 6)

8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (soma dos itens 8.1 a 8.5)

8.1 Pessoal e encargos: nesse item devem ser incluídos os encargos, com férias, 13º salário, FGTS, alimentação, transporte, etc., apropriados ao custo do produto ou resultado do período (não incluir encargos com o INSS – veja tratamento a ser dado no item seguinte).

8.2 Impostos, taxas e contribuições: além das contribuições devidas ao INSS, Imposto de Renda, Contribuição Social, todos os demais impostos, taxas e contribuições devem ser considerados como os valores devidos ou já recolhidos aos cofres públicos, representando a diferença entre os impostos incidentes sobre as vendas e os valores considerados no item 2 – Insumos Adquiridos de Terceiros.

8.3 Juros e aluguéis: devem ser consideradas as despesas financeiras e as de juros relativas a quaisquer tipos de empréstimos e financiamentos captados de instituições financeiras, empresas do grupo ou outras e os aluguéis (incluindo-se as despesas com leasing) pagos ou creditados a terceiros.

8.4 Juros sobre o capital próprio e dividendos: incluem os valores pagos ou creditados aos acionistas. Os juros sobre o capital próprio contabilizado como reserva deverão constar do item “lucros retidos”.

8.5 Lucros retidos/prejuízo do exercício: devem ser incluídos os lucros do período destinados às reservas de lucros e eventuais parcelas ainda sem destinação específica.